

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

AMANDA FERREIRA GOMIDE

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA PROPOSTA DE
MATERIAL DIDÁTICO SOBRE O DESEMBOQUE NO TRIÂNGULO MINEIRO**

UBERABA

2022

AMANDA FERREIRA GOMIDE

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA PROPOSTA DE
MATERIAL DIDÁTICO SOBRE O DESEMBOQUE NO TRIÂNGULO MINEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, como requisito de aprovação em nível de Mestrado, visando a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Natália Aparecida Morato Fernandes

Coorientadora: Profa. Dra. Anelise Martinelli Borges de Oliveira

UBERABA

2022

AMANDA FERREIRA GOMIDE

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA PROPOSTA DE
MATERIAL DIDÁTICO SOBRE O DESEMBOQUE NO TRIÂNGULO MINEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, como requisito de aprovação em nível de Mestrado, visando a obtenção do título de Mestre em Educação

25 de Agosto de 2022.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Natália Aparecida Morato Fernandes- Orientadora

Profa. Dra. Anelise Martinelli Borges de Oliveira- Coorientadora

Profa. Dra. Solange Nunes de Oliveira Schiavetto

Prof. Dr. Robert Mori

Catálogo na fonte:

Biblioteca da Universidade Federal do Triângulo Mineiro

G62e Gomide, Amanda Ferreira
Educação patrimonial na educação básica: uma proposta de material didático sobre o Desemboque no Triângulo Mineiro / Amanda Ferreira Gomide. -- 2022.
98 f. : il., tab.

Dissertação (Mestrado em Educação) -- Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, 2022
Orientadora: Profa. Dra. Natalia Aparecida Morato Fernandes
Coorientadora: Anelise Martinelli Borges de Oliveira

1. Educação - Minas Gerais. 2. Patrimônio cultural. 3. Material didático. I. Fernandes, Natalia Aparecida Morato. II. Universidade Federal do Triângulo Mineiro. III. Título.

CDU 37(815.1)

Dedico esta pesquisa a todos os meus ancestrais, em especial à minha Mãe Luziana de Paula Ferreira Gomide, mulher guerreira, trabalhadora rural, conhecedora da cultura raiz do Triângulo Mineiro e que esteve comigo em todos os momentos de minha existência, e que não me deixou desistir deste sonho.

AGRADECIMENTOS

Este estudo foi executado em torno de dois anos árduos e passou por vários contratempos pessoais e sociais, mas não foi impossível de se concluir, houve muito empenho para que chegássemos em um resultado concreto.

Agradeço em primeiro lugar à minha família: meus pais Eudes Gomide e Luziana de Paula Ferreira Gomide, minha irmã Aline Ferreira Gomide, pessoas que sempre estiveram comigo em minhas escolhas pessoais e profissionais.

Agradeço aos amigos sinceros que estiveram comigo me dando forças e acolhimento para poder prosseguir neste tão sonhado sonho que se torna realidade. Agradeço também, ao meu companheiro Walmir Joel Gomes da Silva que pode estar comigo nesta jornada.

Agradeço a Deus e meus guias por me trazerem equilíbrio e sabedoria, guiando-me no caminho da serenidade e da paciência para com as adversidades da vida.

Agradeço à Professora Doutora Natalia Aparecida Morato Fernandes por ter acreditado no meu projeto de pesquisa, pela orientação e os aprendizados que, com certeza, carregarei nas próximas jornadas de conhecimento e aperfeiçoamento.

Agradeço à Professora Doutora Anelise Martinelli Borges de Oliveira, minha coorientadora, pelas orientações de aperfeiçoamento neste trabalho de pesquisa e, também, pelos conhecimentos adquiridos.

Agradeço ao professor Doutor Danilo Kato, por orientar e contribuir com o melhoramento da pesquisa na banca de qualificação da dissertação de mestrado, foi muito valido para aprimorar o meu trabalho de pesquisa.

Agradeço aos professores doutores Solange Nunes de Oliveira Schiavetto e Robert Mori pelas contribuições, e por aceitarem participar da banca de defesa de dissertação.

Agradeço aos professores e colaboradores do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, pelas abordagens sobre pesquisa e, em especial, “Educação” — este é o caminho para uma sociedade equilibrada e igualitária.

Agradeço aos colegas que se tornaram amigos neste processo da Pós-graduação em Educação, pessoas humanas e dedicadas com as quais tenho obtido trocas de conhecimento e experiências.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é realizar uma reflexão sobre o papel da Educação Patrimonial na preservação, incentivo e valorização de distrito do Desemboque, no município de Sacramento-MG, com uma proposição de material didático que auxilie o processo educativo na educação básica, especificamente, para o Ensino Fundamental anos finais. Para tanto, realizou-se, por uma perspectiva qualitativa, um estudo bibliográfico e documental que foram de fundamental importância para se compreender como tem sido a abordagem deste conteúdo por meio de documentos legais, currículos e em bases de pesquisas acadêmicas. Ficou constatado que a Educação Patrimonial ainda carece de reconhecimento de seu valor na educação básica, principalmente por ser portadora de inúmeros conhecimentos e saberes acerca de patrimônio cultural, social e histórico, os quais permitem a constituição de sujeitos engajados e conscientes de seu papel cidadão. O material didático proposto ao final do trabalho tem uma perspectiva pedagógica com a orientação de atividades que visam valorizar, preservar e reconhecer a importância de um patrimônio histórico da região do Triângulo Mineiro-MG.

Palavras-chave: educação patrimonial; Desemboque; material didático.

ABSTRACT

The objective of this research is to carry out a reflection on the role of Heritage Education in the preservation, encouragement and enhancement of the Desemboque district, in the municipality of Sacramento-MG, with a proposition of didactic material that helps the educational process in basic education, specifically, to the Elementary School final years. To this end, a bibliographical and documental study was carried out from a qualitative perspective, which were of fundamental importance to understand how this content has been approached through legal documents, curricula and academic research bases. It was found that Heritage Education still lacks recognition of its value in basic education, mainly because it is the bearer of innumerable knowledge and knowledge about cultural, social and historical heritage, which allow the constitution of engaged subjects and aware of their citizen role. The didactic material proposed at the end of the work has a pedagogical perspective with the orientation of activities that aim to value, preserve and recognize the importance of a historical heritage of the region of Triângulo Mineiro-MG.

Keywords: heritage education; Desemboque; didactic proposal.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Mapa com localização do Desemboque-MG, séculos XVII.....	65
Figura 2 -	Mapa com localização do Desemboque-MG.....	66
Figura 3 -	Igreja Nossa Senhora do Rosário, Desemboque-MG.....	69
Figura 4 -	Igreja Nossa Senhora do Desterro, Desemboque-MG.....	69
Figura 5 -	Festa Nossa Senhora do Desterro, Desemboque-MG.....	70
Figura 6 -	Congo Beija-Flor de Centralina-MG, Desemboque- MG.....	71
Figura 7 -	Foliões no Desemboque, Desemboque- MG.....	72

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEDUC	Coordenação de Educação Patrimonial
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
DAF	Departamento de Articulação e Fomento
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	APRESENTAÇÕES GERAIS DO CONTEÚDO DA SEÇÃO	14
2.1	PESQUISA BIBLIOGRAFICA E DOCUMENTAL.....	15
2.1.1	Levantamento bibliográfico	16
2.1.2	Revisão bibliográfica	20
2.2	PESQUISA DOCUMENTAL.....	28
2.2.1	Educação Patrimonial na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	29
2.2.2	Educação Patrimonial nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)	30
2.2.3	Educação Patrimonial na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	33
2.2.4	Educação Patrimonial no Currículo de Referências de Minas Gerais	38
2.2.5	Educação Patrimonial nas Matrizes Curriculares para a Rede De Ensino de Uberaba-MG e Plano Decenal Municipal de Educação: 2015-2024	47
2.2.6	Educação Patrimonial e Compêndios de Estudos, Práticas e Diretrizes para a Educação Patrimonial nas Escolas – Educação Patrimonial na Escola Conhecer Para Pertencer-Uberaba- 2018	49
3	HISTÓRIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL NO BRASIL	55
3.1	TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO BRASIL	55
3.2	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NAS ESCOLAS	61
3.3	DESEMBOQUE: HISTÓRIA E PRÁTICAS CULTURAIS.....	66
4	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O DESEMBOQUE: UM MATERIAL DIDÁTICO PARA O TRIÂNGULO MINEIRO	77
4.1	PERSPECTIVAS DE PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	78
4.2	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E DESEMBOQUE-MG: CONCEPÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA O TRIÂNGULO MINEIRO.....	80
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
	REFERÊNCIAS	90

1 INTRODUÇÃO

Quando se pensa em Educação Patrimonial, várias são as memórias sobre lugares e iniciativas de preservação do patrimônio cultural difundidas em território nacional. A percepção de que não é apenas esse o sentido é instigante para se perceber que não se resume a visitas de museus, igrejas e/ou pontos turísticos. Trata-se de reconhecer, valorizar e preservar as referências culturais locais detentoras de inúmeros saberes e histórias por meio de ações, projetos e processos educacionais.

Há um entendimento de que a Educação Patrimonial ainda é pouco debatida no meio escolar. No entanto, nas últimas décadas, esse tema tem sido inserido nos currículos da educação básica, especialmente na chamada parte diversificada do currículo, com estudos que contemplem a realidade local e regional na qual os estudantes estão inseridos.

A abordagem da Educação Patrimonial nas escolas é uma oportunidade possível e construtiva, tanto para alunos quanto para professores, a fim de se conhecer os espaços que representam sua ancestralidade, além de estimular a reflexão sobre a importância das paisagens de espaços de convivências históricas e sociais. Em processos formativos, as instituições educacionais têm experimentado múltiplas estratégias com a finalidade de ampliar as referências identitárias e culturais de suas populações.

Nesse sentido, a presente dissertação de mestrado objetiva discutir a contribuição do ensino da Educação Patrimonial na educação básica e a necessidade de o professor abordar, em sua prática docente, a história e a cultura de um determinado local, debatendo sobre as diversidades e evitando assim o seu esquecimento, além de contribuir para novas ideias e discussões. Para tanto, tem-se como objeto de análise o Desemboque, região na qual se desenvolveu os primeiros povoados do Triângulo Mineiro e hoje é distrito da cidade de Sacramento-MG. Originado no século XVIII, durante o ciclo do ouro, o local constitui expressivo patrimônio histórico e cultural.

Para se atingir o objetivo principal, elenca-se os seguintes objetivos específicos: analisar de que modo a Educação Patrimonial é tratada nos documentos educacionais oficiais em nível nacional, estadual e municipal; identificar como a Educação Patrimonial vem sendo desenvolvida no Brasil; apresentar uma proposta de material didático de Educação Patrimonial sobre o Desemboque, povoado vinculado às origens do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba em Minas Gerais.

A escolha e interesse pelo tema de pesquisa aqui proposto se iniciou na graduação do curso de História da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, quando foi possível conhecer

os vários aspectos do povoado do Desemboque, desde o seu início até os aspectos como cultura, musicalidade, religiosidade e os problemas existentes sobre sua perpetuação na história. Ainda, por proporcionar aos professores e alunos uma compreensão mais abrangente e profunda do patrimônio cultural que os cerca e permitir uma interferência mais consistente e propositiva no desenvolvimento da cidadania.

Segundo Alessandra Neves (2011), a metodologia da Educação Patrimonial se desenvolve no Brasil a partir dos anos 1980, com a museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta. Após este período, os estudos desenvolvidos sobre esta temática se aprofundam, principalmente após a formalização do apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Ministério da Cultura. Em 1999, é publicado o “Guia Básico da Educação Patrimonial”, com o propósito de incentivar o conhecimento sobre patrimônio histórico.

Para Maria Horta (1999), a Educação Patrimonial é um processo permanente e sistematizador no trabalho educativo, cuja fonte primária é o Patrimônio Cultural, ao oportunizar aos indivíduos o contato direto com as manifestações culturais. Assim, a partir de tais experiências, a valorização da Educação Patrimonial pode ser inserida como método de aprendizagem tanto para crianças quanto para adultos, ao proporcionar a valorização e apropriação de sua herança cultural.

A Educação Patrimonial não constitui disciplina obrigatória do currículo da educação básica, por isso fica a critério de cada escola sua inserção na organização curricular. Entretanto, seus conteúdos têm sido abordados em outras disciplinas como História, Arte, Geografia e Ciências. Outra possibilidade de inserção da Educação Patrimonial na escola é por meio de projetos interdisciplinares ou como tema transversal da Pluralidade Cultural.

A Pluralidade Cultural é uma temática que se pauta no conhecimento e na valorização da diversidade das culturas de diferentes grupos sociais que vivem no Brasil. Com isso, a educação possibilita levar os alunos a conhecerem o Brasil diante de sua complexidade e multiculturalidade.

Toda essa diversidade que compõe o campo de estudos teóricos da Pluralidade Cultural, principalmente história, antropologia, sociologia e o saber produzido pelas relações sociais, pode contemplar o patrimônio e a escola. Com caráter pedagógico, a educação patrimonial pode ser incorporada à sala de aula como tema relativo à “Pluralidade Cultural, baseando na vivência social de cada local - em um contexto mais específico - ou de cada região, em um contexto mais amplo. Para isso basta que o patrimônio cultural faça parte do cotidiano dos alunos.” (SANTOS, 2007, p. 156 apud TOLENTINO, 2012 p. 63).

Ainda, segundo Atila Tolentino (2012), abordar a temática Patrimônio Cultural no currículo escolar é uma maneira de se trabalhar conceitos como preservação, diversidade cultural, identidade nacional, bens de natureza imaterial e material. Este tema contribui para uma visão do universo patrimonial e cultural como um dos tipos de oportunidade de se trabalhar também conceitos de cidadania que estão muito presentes em escolas e instituições governamentais.

Diante desse paralelo entre patrimônio cultural e cidadania, ressalta-se a importância de se trabalhar a relação entre sociedade e patrimônio que abarcam noções de identidade, reconhecimento, proteção e respeito. Essa relação também pode contribuir para o exercício da cidadania. Conforme pontua Andrade (2017, p. 3), “A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresenta possibilidades para uma abordagem do tema dentro dos conteúdos e habilidades das disciplinas de arte, história, geografia e ciências.”

Portanto, mesmo não havendo diretrizes curriculares explícitas no que diz respeito à temática Educação Patrimonial ou sobre Patrimônio Cultural nas disciplinas de História e Artes, pode-se perceber um tipo de abertura maior ao fazer referência na área do ensino por meio de patrimônio histórico e cultural da humanidade.

Nas Artes, reconhece-se todas as expressões como um tipo de prática social, seja no cotidiano cultural, seja em expressões legítimas por órgãos institucionais da cultura. Já na História, normalmente, propõe-se um tipo de abordagem de diálogo entre o passado e o presente.

A partir da transversalidade, a BNCC (2017) correlaciona temas atrelados à realidade social.

Entre esses temas, destacam-se: direitos das crianças e adolescentes (Lei nº 8.069/199012), educação para o trânsito (Lei nº 9.503/199713), preservação do meio ambiente (Lei nº 9.795/199914), educação alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/200915), processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei nº 10.741/200316), educação em direitos humanos (Decreto nº 7.037/200917), bem como saúde, sexualidade, vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural (Resolução CNE/CEB nº 7/201018) (ANDRADE; LAMAS, 2017, p. 3).

Por meio das diretrizes da BNCC, a Educação Patrimonial poderia estar inserida nas temáticas de diversidade cultural e/ou preservação ambiental, pois não existe uma inserção pontual para patrimônio cultural nos currículos. No entanto, é possível, numa visão contemporânea, promover uma proposta curricular das diferentes áreas de estudos que abordem o patrimônio cultural por meio da interdisciplinaridade. Dessa forma, ocorreria a unificação dos conceitos e conteúdo de forma articulada, a fim de proporcionar, para além da função social, a

coesão do conhecimento em meio à fragmentação posta no acervo de conhecimentos da humanidade.

Nesse contexto, a presente pesquisa realizou um levantamento de informações baseadas em documentos oficiais vinculados à Educação Básica, como a BNCC, entre outros, e a documentos sobre o povoado do Desemboque. Com esses dados, foi elaborada uma proposta de material didático que dialogue com a legislação educacional e as diretrizes da Educação Patrimonial, visando subsidiar o trabalho docente e a formação do estudante do ensino fundamental anos finais.

Isto posto, o texto será organizado em cinco seções: a Introdução; a segunda seção que discorre sobre as Apresentações Gerais do Conteúdo da Seção e os documentos que versam sobre Educação Patrimonial; a terceira seção que versa sobre Educação Patrimonial, na qual se expõem conceitos e as formas em que se tem tratado o tema patrimônio na educação formal; a quarta seção que traz a Educação Patrimonial e Desemboque-MG: concepção de material didático para o Triângulo Mineiro, em que se faz uma formulação de projeto direcionado a subsidiar o trabalho do docente no ensino fundamental anos finais; e a quinta seção que apresenta as Considerações Finais; e, ao final deste texto, apresenta-se as Referências que balizaram tal escrita. Permeia a escrita deste texto a proposta curricular pautada na preservação e conscientização sobre a importância da Educação Patrimonial, principalmente voltada para a Educação Básica e, ainda, a percepção de que há um longo caminho a ser percorrido para que ocorra esta efetivação.

2 APRESENTAÇÕES GERAIS DO CONTEÚDO DA SEÇÃO

A presente seção tem por intuito apresentar a metodologia da pesquisa e analisar a Educação Patrimonial, cujo tema é alheado ou pouco comum na atual agenda do ensino básico no Brasil.

A pesquisa se insere na perspectiva qualitativa de metodologia bibliográfica e documental, que se caracteriza por meio da busca de dados em periódicos acadêmicos, e na análise de fontes primárias, uma vez que tais produções de conhecimento contribuíram diretamente neste estudo. Dessa forma, ressalta-se que as pesquisas bibliográfica e documental, para além da contextualização histórico-cultural, fundamentam a construção do material didático proposto para o Ensino Fundamental anos finais.

Segundo John Creswell (2010), na pesquisa qualitativa, os pesquisadores tendem a coletar dados no campo e no local em que os participantes vivenciam a questão-problema que está sendo estudada. Os estudiosos coletam pessoalmente os dados por meio de análises de documentos, de observação ou mesmo por meio de entrevista com os participantes.

Para Souza, Oliveira e Alves (2021), a pesquisa bibliográfica é um tipo de pesquisa em que o pesquisador tem por intuito buscar obras já publicadas, e o foco é analisa-las e conhecê-las pelo viés da pesquisa em questão, esse tipo de pesquisa auxilia do início ao fim, pois pode ser identificado se já possuem trabalhos científicos sobre a temática da pesquisa, ajudando a colaborar na escolha do método e do problema, tendo como base trabalhos já publicados.

Segundo Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), na pesquisa documental normalmente o pesquisador utiliza de documentos tendo como objetivo buscar informações e extrai-las, examinando e investigando, usando de técnicas que consigam manusear a análise, e de como organizar as informações e categorias, e por fim, elaborar sínteses, e ações sobre a investigação e o objeto de estudo são os documentos, sendo possível chegar a uma perspectiva metodológica, técnica e analítica.

Neste tipo de pesquisa, coletam-se múltiplas formas de dados, criando seus próprios padrões, categorias e temas, organizando os dados em unidades de informação cada vez mais abstratas. Dentro deste processo indutivo, faz-se a somatória de temas e perspectivas até o momento em que o pesquisador estabeleça um conjunto abrangente e fundamentado de olhares sobre o mesmo tema.

2.1. PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL

A escolha pela pesquisa qualitativa se deu pela necessidade de se buscar dados sobre a perspectiva da Educação Patrimonial por meio da revisão bibliográfica, tendo como foco aprofundamento teórico sobre: 1. Educação patrimonial ligada à história, às Minas Gerais e ao Triângulo Mineiro; 2. Educação Patrimonial na educação básica, visualizando a temática na BNCC; 3. Produção de material didático para a educação básica visando à Educação Patrimonial. Para que isto fosse possível, a pesquisa foi realizada em três bancos de dados acadêmicos (artigos, teses, dissertações), sendo eles: “Oasis”, “Redalib” e “SciELO”, cujo período de busca de dados ocorreu entre os meses de junho e julho de 2020.

Angelica Souza (2021) observa que a pesquisa bibliográfica está inserida principalmente no meio acadêmico e tem finalidade de aprimoramento e atualização do conhecimento, através de uma investigação científica de obras já publicadas. Esse processo auxilia o pesquisador desde o início dos estudos, uma vez que visa identificar a existência de produções científicas em áreas correlatas, contribuindo para a escolha e a fundamentação do problema e do método de pesquisa mais adequado. Normalmente, as fontes de dados que mais são utilizadas na pesquisa bibliográfica são livros, artigos científicos, teses, dissertações, anuários, revistas e leis já publicadas.

Outra metodologia de pesquisa utilizada neste trabalho é a pesquisa documental, que objetiva fundamentar aspectos relacionados à/ao: 1. Legislação educacional que fundamenta a Educação Patrimonial na educação básica, ou seja, temáticas que visualizem o processo da Educação Patrimonial na educação básica; 2. Desemboque, o berço do Triângulo Mineiro, com pesquisa através de fontes primárias, sobre a caracterização da região e o resgate histórico.

Segundo Arilda Godoy (1995, p. 22), os estudos documentais são considerados importantes fontes de dados para os estudos qualitativos, uma vez que:

A palavra “documentos”, nesse caso deve ser entendida de uma forma ampla, incluindo os materiais escritos (como, por exemplo jornais, revistas diários, obras literárias, científicas e técnicas, cartas, memorandos, relatórios), as estatísticas (que produzem um registro ordenado e regular de vários aspectos da vida de determinada sociedade) e os elementos iconográficos (como, por exemplo, sinais, grafismo, imagens, fotografias, filmes).

Os documentos considerados “primários” são aqueles produzidos por pessoas e pesquisadores que vivenciaram, presenciaram e registraram um evento durante o tempo de estudo, necessitando do conhecimento direto do objeto a ser analisado, aqui nesta pesquisa trata-se de objeto histórico-cultural. Já os “secundários” são coletados de fontes e informações divulgadas anteriormente, os quais são interpretados a partir da informação original e

constituem base para as discussões e análises do(a) pesquisador(a). Neste estudo, a pesquisa bibliográfica é feita com fontes secundárias e a pesquisa documental com fontes primárias. Quanto às vantagens desse tipo de pesquisa, Godoy (1995) discute que permite um estudo de documentos, ainda que não haja o acesso físico a eles. “Se quisermos, por exemplo, estudar as relações de patrão-empregado antes da Revolução Industrial, teremos que recorrer a documentos diversos de empresa da época, uma vez que não será possível encontrar pessoas que tenham vivido naquele período” (GODOY, 1995, p. 22).

Com relação à pesquisa documental, é constituída por fonte não reativa, nas quais as informações nelas contidas permanecem inalteradas, mesmo após longos períodos de tempo. A pesquisa documental pode ser considerada uma fonte natural, uma vez que sua origem ocorreu em um determinado contexto histórico, econômico e social retratando este período por meio de dados e comprovações documentais.

Ademais, a investigação por meio da pesquisa documental, nesta dissertação, subsidia a busca de dados e oportuniza relacioná-los à pesquisa investigativa. Esse processo parte da amplitude do conjunto de dados para concluir que, por meio do acervo documental e da análise de dados, ocorre a fundamentação teórica articulada com os resultados obtidos no processo de produção desta pesquisa.

2.1.1 Levantamento bibliográfico

A seleção das obras para revisão foi realizada em três fases principais, cujo objetivo foi facilitar a busca por palavras-chave que fundamentassem a pesquisa de forma mais aprofundada. Na primeira fase, a seleção foi feita com base no título e palavras-chave das obras nas referidas bases de dados.

Na segunda fase, foi realizada a leitura dos resumos selecionando aqueles que mais se aproximavam dos objetivos desta pesquisa. Na terceira e última fase, realizou-se a leitura das obras, sendo selecionadas apenas as que apresentavam características próximas aos objetivos propostos. Na sequência, procedeu-se à análise das obras selecionadas, as quais foram utilizadas no corpo da pesquisa e serão apresentadas no decorrer desta seção.

Para melhor exemplificar o procedimento metodológico, apresenta-se uma tabela com as palavras-chave utilizadas, visando o melhor entendimento das buscas:

Quadro 1 – Quadro levantamento bibliográfico inicial

DESCRITORES	OASIS.BR	REDALYC	SCIELO
1- Educação Patrimonial AND Educação básica	139	1830	02
2- Educação Patrimonial AND (Base Nacional Comum Curricular OR BNCC).	1	9140	0
3- Educação Patrimonial AND Minas Gerais	39	4316	01
4- Educação Patrimonial AND Triângulo Mineiro	0	66	0
5- Educação Patrimonial AND História	358	6744	12
6- Patrimonialização Cultural AND História, educação básica, BNCC, Minas Gerais, Triângulo Mineiro.	0	0	09

Fonte: Elaborado pela Autora, 2021

Conforme observa-se na tabela anterior, o maior número de ocorrências, a partir dos descritores da pesquisa, ocorreu na base “Redalyc”, com exceção do descritor 6, para o qual as ocorrências obtidas foram apenas da base “Scielo”. Destaca-se o significativo número de ocorrências localizadas a partir dos descritores 1, 2, 3 e 5, o que possibilitou melhor fundamentação teórica no decorrer da pesquisa.

A partir das obras encontradas com base nos referidos descritores, iniciou-se o processo de seleção das obras, em sua primeira fase, por meio da análise dos títulos e palavras-chave. Na segunda fase, ocorreu a seleção das obras por meio da leitura dos resumos. Também foi feita uma tabela desta fase, enumerada da mesma forma que a anterior e reproduzida a seguir:

Quadro 2 - Levantamento bibliográfico fase 2

	OASIS.BR	REDALYC	SCIELO
1- Educação Patrimonial And. Educação básica	12	6	1

	OASIS.BR	REDALYC	SCIELO

2- Educação Patrimonial AND (Base Nacional Comum Curricular OR BNCC).	2	4	0
3- Educação Patrimonial AND Minas Gerais	5	6	0
4- Educação Patrimonial AND Triângulo Mineiro	0	1	0
5- Educação Patrimonial AND História	18	5	3
6- Patrimonialização Cultural And. História, educação básica, BNCC, Minas Gerais, Triângulo Mineiro.	0	0	2

Fonte: Elaborado pela Autora, 2021

Mesmo com a aplicação dos critérios da fase dois da seleção, foram encontradas muitas obras, havendo a necessidade realizar nova triagem. Assim, na terceira fase, foi realizada a leitura de cada uma das obras e selecionadas as que mais se aproximavam dos objetivos da pesquisa. A tabela 3 apresenta os tópicos selecionados para a análise de dados.

Quadro 3 - Levantamento bibliográfico fase 3

Descritores	Quantidade de obras selecionadas	Títulos	Base de dados pesquisada
1-Educação Patrimonial AND Educação básica	2	FIGUERÓ, Fernanda Bruneta. Identidade e Patrimônio histórico e cultural em livros didáticos do PNLD 2010 e 2013. Monografia . (2012.)	OASIS.BR
		SANTOS, Irene da Silva Fonseca. Patrimônio histórico-Cultural: Leitura Crítica dos conceitos e suas implicações na Prática escolar. Dissertação . (2008).	OASIS.BR
2-Educação Patrimonial AND. (Base Nacional Comum Curricular OR BNCC).	0	Nenhuma obra selecionada.	

Descritores	Quantidade de obras selecionadas	Títulos	Base de dados pesquisada
3-Educação Patrimonial AND Minas Gerais	2	REZENDE, Maria Emília. Programa de Saberes da Terra: Resgate das técnicas tradicionais construtivas por meio da educação patrimonial. Artigo . (2018).	OASIS.BR
		VIEIRA, Poliana Gerçossimo Vieira. A história Sertanista da Casa de Pedra de Amarantina, nas Minas Gerais: Patrimônio e Identidades locais. Artigo . (2017)	OASIS.BR
4- Educação Patrimonial AND Triângulo Mineiro	0	Nenhuma obra selecionada.	
5-Educação Patrimonial AND História	1	LEAL, Claudia Feierabend Baeta. Patrimônio e desenvolvimento: as políticas de patrimônio Cultural nos anos 1960. Artigo (2016).	SCIELO
6-Patrimonialização Cultural And. História, educação básica, BNCC, Minas Gerais, Triângulo Mineiro.	1	MARCHI, Darlan de Mamann. Patrimônios mundiais em contexto nacionais distintos: construindo paralelos entre Brasil e Portugal através dos casos de São Miguel das Missões e do Centro Histórico de Évora”. Artigo . (2018).	SCIELO

Fonte: Elaborado pela Autora, 2021

Após as fases de triagem das obras, nas bases de dados anteriormente citadas, selecionou-se seis trabalhos, sendo quatro artigos, através das palavras chaves que condiziam com os descritores, dois artigos foram encontrados na base de dados da OÁSIS, o primeiro foi da “Maria Emília Rezende, Programa de Saberes da Terra: Resgate das técnicas tradicionais construtivas por meio da Educação Patrimonial (2018)” e o segundo foi de Polianna Gerçossino Vieira, “A história Sertanista da Casa de Pedra Amarantina, nas Minas Gerais: Patrimônio e Identidades Locais (2017)”. Os outros dois artigos foram encontrados nas bases de dados SCIELO, de Claudia Feiarabend Baeta, “Patrimônio Cultural dos anos 1960” (2016) e de Darlan de Mamann Marchi, “Patrimônios mundiais em contexto nacionais distintos:

construindo paralelos entre Brasil e Portugal através dos casos de São Miguel das Missões e do Centro Histórico de Évora” (2018).

Posteriormente, utilizando-se as palavras-chave dos descritores de buscas dados, foram encontradas uma monografia e uma dissertação. A monografia de Fernanda Brunetta Figueró, “Identidade e Patrimônio histórico e cultural em livros didáticos do PNLD 2010 e 2013” (2012) e a dissertação de Irene da Silva Fonseca, “Patrimônio histórico-cultural: Leitura Crítica dos conceitos e suas implicações na Prática escolar” (2008).

Destaca-se que, durante a elaboração do texto desta dissertação, dois outros trabalhos se mostraram relevantes para esta pesquisa: “A preservação do Berço do Triângulo Mineiro: a urgência da educação patrimonial no distrito de Desemboque”, de Sheila Libania Andrade Chumbinho Sodré (2017); e “Do ‘berço’ do Triângulo Mineiro à musicalidade enraizada: o Desemboque e as tradições preservadas nos séculos XX e XXI”, de Amanda Ferreira Gomide (2018), ambos os trabalhos oriundos de graduação de História da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Esses dois trabalhos dialogam profundamente com a nossa temática e, em consequência, serão discutidos nas próximas sessões.

2.1.2 Revisão bibliográfica

A seguir iremos discorrer sobre os seis trabalhos que filtrados nas buscas de dados dos periódicos acadêmicos que respaldam as discussões desta pesquisa. Sobre Educação Patrimonial e Minas Gerais, foi encontrada uma extensa bibliografia, da qual foram selecionadas as que mais se aproximam do objeto de pesquisa em tela.

Dentre o material encontrado, destaca-se o artigo de Maria Emília Rezende (2018), com o título “Programa saberes da Terra: resgate das técnicas tradicionais construtivas por meio da educação patrimonial”. Rezende (2018) afirma que a terra é utilizada como elemento construtivo da identidade humana há nove mil anos. E que, no Brasil, a exploração e utilização das terras foi fomentada pelos portugueses durante a colonização e, em Minas Gerais, utilizou-se as técnicas de pau a pique e adobe em edifícios residenciais e religiosos.

Desse modo, sua publicação propõe realizar um resgate da arquitetura vernacular que utiliza de elementos locais da terra. Para que fosse possível esta análise, a autora possui em sua metodologia de pesquisa a realização de oficinas teóricas e práticas em espaços como rede de ensino, museus e na comunidade da cidade de São João del-Rei, Minas Gerais, subdividindo-se em etapas de observação, sensibilização de valores, memorização, apropriação e disseminação.

Rezende (2018) afirma que, para além da questão da preservação, o Patrimônio Cultural constitui a identidade de todo um povo. Por isso, as atividades do Programa Saberes da Terra buscaram abordar a preservação dos bens imateriais, contribuindo para a preservação dos bens edificados, por meio de ações e diálogos que possibilitaram o aprendizado dos alunos que participaram das atividades, contribuindo para que conciliassem a arte construtiva de adobe e tinta de terra com o conhecimento tradicional da comunidade corroborando para a preservação e valorização desses conhecimentos.

Esse texto se aproxima do contexto abordado na presente pesquisa no sentido de resgatar as técnicas tradicionais construtivas desde a época da colonização pelos portugueses em Minas Gerais. Outra aproximação é na ênfase de que, por meio da cultura, os indivíduos conseguem superar algumas de suas limitações e buscar se adaptar ao meio, sendo eles os maiores divulgadores dos conhecimentos tradicionais. Daí os projetos de educação e resgate patrimonial são de suma importância para perpetuação dos saberes populares – o que é a proposta deste trabalho de dissertação.

Outra obra selecionada que aborda a “Educação Patrimonial e Minas Gerais” é o artigo de Poliana Gerçossimo Vieira (2017), que trata da “A História Sertanista da Casa de Pedra de Amarantina, nas Minas Gerais: Patrimônio e Identidades locais”. Esta publicação é resultado de um projeto de extensão realizado na Universidade Federal de Ouro Preto, em 2014.

Tal projeto teve como objeto de pesquisa a história Sertanista da Casa de Pedra de Amarantina, em Ouro Preto, e promoveu um trabalho coletivo de Educação Patrimonial, juntamente com o distrito de Amarantina, articulando a política patrimonial com os valores locais.

Segundo Vieira (2017, p. 18), o objetivo do trabalho foi:

Identificar e compreender um símbolo patrimonial da localidade, a Casa de Pedra ou Casa Setecentista tombada pelo IPHAN em 1963 e o objetivo foi de observar as expressões culturais e os detalhes historiográficos através de crítica para a revisão das gêneses do tombamento do monumento.

Além disso, este projeto de extensão possui como diferencial ser coletivo, materializando-se por meio de oficinas, em que as pessoas eram indagadas sobre o contexto histórico da Casa, além do estudo arqueológico realizado a partir do tombamento e patrimonialização do distrito devido à sua relevância histórica bandeirista.

O projeto de Vieira (2017) buscou criar possibilidades para que os participantes elaborassem juntos os próprios pressupostos historiográficos e patrimoniais, tendo como foco a Casa de Pedra. Para isto, a história foi introduzida pelas oficinas que se baseou na discussão

crítica entre as concepções de um modelo tradicional ainda seguido pelos moradores locais e as teorias existentes sobre Educação Patrimonial.

Vieira (2017, p. 1) objetivou:

[...] identificar e compreender um símbolo patrimonial da localidade, a Casa de Pedra ou Casa Setecentista, tombada pelo IPHAN em 1963, observando as expressões culturais, tempos de continuidade/descontinuidade do lugar, que, como camadas, pareciam sedimentar a Casa.

Nesse sentido, este trabalho aproxima-se das discussões desta dissertação, visto que as oficinas buscaram identificar o sujeito colonizar em suas matrizes nacionais e valorizar a Casa de Pedra como um valioso monumento e símbolo local que abrigou várias camadas identitárias das populações que viveram e vivem na localidade.

O Projeto Didático apresentado nesta dissertação tem o intuito de também incluir a comunidade do Desemboque-MG, ampliando a visão tanto dos moradores quanto dos alunos e professores sobre o conceito de patrimônio cultural, fundamentando um olhar crítico da história local. Assim, há um entrelaçamento de histórias (crítica e tradicional), de tempos (passado, presente e futuro), de planos político-econômico-sociais enredados desde a época da colonização. E, ao defender um patrimônio, antes de mais nada, estão defendendo a si mesmos.

Sobre “Educação Patrimonial e História”, destaca-se o artigo de Claudia Feierabend Baeta Leal (2016), “Patrimônio e desenvolvimento: as políticas de patrimônio cultural nos anos de 1960”, em que a autora analisa as especificidades dos anos 1960 no que diz respeito às políticas de patrimônio, com o objetivo de destacar algumas mudanças referentes às relações entre desenvolvimento cultural e patrimônio trabalhados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), à época, Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN).

Leal (2016) aborda em sua pesquisa debates sobre os efeitos da industrialização, do crescimento urbano e das políticas desenvolvimentistas sobre as políticas de patrimônio de bens culturais diante da necessidade de se preservar o acervo que compunha o patrimônio histórico e artístico nacional e ao fomento de suas potencialidades econômicas.

Nessa pesquisa, priorizou-se compreender quais são as ações de preservação do DPHAN e identificar a política de valorização e proteção dos bens culturais através de um diálogo disciplinar e institucional.

Segundo Leal (2016, p. 5),

O processo de periodização mais corrente da constituição do campo do patrimônio no Brasil é trabalhado em duas fases - “A fase heroica” e a “fase moderna”, que abarca as gestões de Franco de Andrade Magalhães e a gestão de Renato Soeiro, que

corresponde ao período da aposentadoria de Franco de Andrade em 1967, e logo a entrada de Magalhães em 1979, que foi chamada de “segunda fase” pela historiografia oficial da instituição, dando ênfase ao segundo diretor do órgão.

Para Leal (2016), nos primeiros trinta anos do IPHAN, não houve grande autonomia e mudanças na instituição, sendo desconsiderado, em larga medida, a importância da modernização do aparelho estatal de preservação do patrimônio. Assim,

Ao longo dos anos 1950 e 1960, é possível notar um movimento crescente no sentido de se aliar desenvolvimento econômico e interesse público, em especial no contexto dos países ditos “em desenvolvimento”, como o Brasil. O governo de Juscelino Kubistchek (1955-1961) é tratado como um marco da aceleração desenvolvimentista, industrial, urbana e também rodoviária do que se convencionou chamar, na historiografia nacional, de Segunda República. Tratava-se de um sentido atribuído ao interesse público que se distinguia bastante daquele vigente nos anos 1930, notadamente no Brasil, em que estavam evidentes principalmente, referências à construção de uma identidade nacional (LEAL, 2016, p. 102).

A autora ressalta que o interesse público é marcado pelo desenvolvimento, fator que, por vezes, não é coerente com as necessidades e perspectivas da preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Desse modo, a abordagem da autora em análise apresentou as fases da educação patrimonial no Brasil e sua historicidade, a autora apresenta também o âmbito internacional, como preocupações que sistematizaram em importantes documentos que foram promovidos nos anos de 1960, como por exemplo, a Recomendação de Paris relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios de 1962, tendo o apoio da Unesco, as Normas de Quito, que foi elaborada no âmbito da Organização dos Estados Americanos. (LEAL, 2016, p. 21).

Ainda de acordo com a autora, no ano de 1967, ocorreu uma reunião sobre a conservação e utilização de monumentos e sítios de interesse histórico e artístico, que abordou a conservação dos bens culturais ameaçados pela execução das obras públicas ou privadas, resultando na 15ª Conferência Geral da Unesco, de novembro de 1968. (LEAL, 2016). Esse evento problematizou a preocupação mundial de que nos atentados, como as guerras mundiais, há um empobrecimento cultural e estético que é vital para a humanidade em todos os tempos. Com isso, é possível inferir que a preocupação não era inédita, pois os danos culturais a que a humanidade é submetida são irreparáveis.

Já no Brasil, a autora apresenta que o tema da proteção aos bens arqueológicos é especialmente interessante, adquirindo maior relevância a partir de 1960, por exaltar discussões referentes a como resistir aos avanços de interesse econômico sobre bens de interesse patrimonial. Além disso, houve iniciativas de preservação que não emanaram da Diretoria do Patrimônio, mas resultaram em articulações paralelas às ações do DPHAN, ocasionando a

promulgação da Lei nº 3924, do dia 26 de julho de 1961, mais conhecida como a “Lei da Arqueologia”.

O texto de Leal (2016) proporciona aproximações significativas com o discorrido nesta dissertação: as guerras entre os índios e os colonizadores trouxeram depredações às construções e a cultura dos nativos e quilombolas foi se perdendo. Outra aproximação diz respeito à preservação, sendo preciso reformular de maneira enérgica a atuação e preservação de bens culturais tão expostos à depredação e danos. Aspectos como urbanização de um lado e preservação do patrimônio histórico-cultural de outro são particularmente relevantes nestas análises, pois faz-se necessário correlacionar os valores econômicos e os culturais, sabendo que ambos são de igual importância para os moradores e para o desenvolvimento da localidade do Desemboque-MG.

Outro texto que se destaca sobre patrimonialização e história é o artigo “Patrimônios mundiais em contextos nacionais distintos: construindo paralelos entre Brasil e Portugal através dos casos de São Miguel das Missões e do Centro Histórico de Évora”, de Darlan de Mamann Marchi e Maria Leticia Mazzucchi Ferreira (2018).

Os autores analisam as cidades de Évora e São Miguel das Missões, relacionando-as ao contexto português e brasileiro com as políticas patrimoniais, considerando aquelas duas localidades como paradigmas da tradição patrimonial de suas nações.

No caso de Évora, o passado milenar refletido nos vestígios romanos e medievais, desde o século XIX, compôs as primeiras referências materiais preservadas no espaço público e na paisagem da cidade. No que se refere a São Miguel das Missões, foi apenas nos anos 1920 que ocorreram as primeiras intervenções de caráter patrimonial, a despeito de séculos de negligência e abandono nos quais estavam mergulhadas as ruínas de uma das reduções jesuítas-guarani que se desenvolveram na região entre os séculos XVII e XVIII (MARCHI; FERREIRA) 2018. p.2).

Segundo Marchi e Ferreira (2018), a necessidade de pesquisar a aproximação entre os dois sítios do patrimônio mundial foi de buscar encontrar similaridades no que se refere aos efeitos e impactos da patrimonialização e, ao mesmo tempo, resguardar as particularidades referentes aos contextos nacionais nos quais se encontram.

Outro ponto destacado pelos autores é sobre perceber os efeitos da patrimonialização, proposta pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), por meio da introdução de um modelo organizacional próprio cujos representantes são os escritórios técnicos locais. Estes padronizam as relações comportamentais do local perante uma instância globalizada, visto estarem localizados em cidades que possuem conjuntos urbanos tombados, assegurando a permanência de bens culturais para usufruto de gerações do presente e do futuro. (MARCHI e FERREIRA 2018).

Marchi e Ferreira (2018) destacam que o reconhecimento de São Miguel como “lugar histórico” pelo governo do Rio Grande do Sul na década de 1920, seguido pelo tombamento nacional das ruínas de São Miguel, em 1938, foi fundamental para elevar o passado jesuíta guarani à narrativa predominante de identidade, o que se projeta no presente município.

Já em Évora, Marchi e Ferreira (2018) relatam que o passado romano agregou valores fundantes; todavia, por sua longevidade, a cidade passou por vários estágios de ocupação e pelo uso do espaço urbano, o que se diferencia de São Miguel das Missões, por ainda possuir vestígios das reduções jesuítas-guarani. A cidade de Évora possui vestígios romanos que passaram a ser valorados e a comporem o repertório patrimonial, considerando-a um importante espaço público contemporâneo e tendo a imagem do templo romano como uma logomarca comercial.

Segundo Marchi e Ferreira (2018), Portugal tem um municipalismo robusto, onde o parlamento representa a força principal da república, o que se estende às câmaras municipais; já no Brasil, o poder está centralizado na federação e os municípios têm seus poderes reduzidos perante os órgãos federais para a valorização de patrimônios históricos. Entretanto,

A instauração de uma política global pela lista da Unesco configurou um paradoxo: se por um lado busca reconhecer a importância singular desses lugares para a humanidade, instituindo padrões de organização que garantam sua preservação, por outro lado muitas dessas políticas não se aplicaram da mesma forma nos diferentes lugares e não obtiveram os êxitos desejados. Isso ocorre justamente devido aos contextos históricos, às formações sociais e urbanas de cada localidade e principalmente às estruturas dos poderes públicos em cada Estado, muitas vezes pouco consideradas pelas instâncias internacionais ou não enfrentadas abertamente pelos Estados que apresentam as candidaturas (MARCHI e FERREIRA 2018, p. 13).

Conforme Marchi e Ferreira (2018) apontam em seu texto, são dois contextos históricos distintos que definem esses patrimônios: um milenar e outro do período colonial. Nesse sentido, as formações sociais e urbanas das localidades e estrutura dos poderes públicos tornam tais lugares possuídos de uma singularidade ímpar para a humanidade. Assim, “as consequências advindas das constituições históricas dessas cidades compõem também as bases das narrativas patrimoniais que dão sentido à preservação e à consagração desses bens como patrimônios nacionais e mundiais.” (MARCHI e FERREIRA, 2018, p. 30)

O texto das autoras Marchi e Ferreira (2018) converge em muitos pontos com a proposta desta dissertação, visto que há ações e diretrizes para gerir os patrimônios públicos e, a exemplo das cidades analisadas, o Desemboque-MG também apresenta motivos que demarcam sua trajetória patrimonial. O olhar desta dissertação está voltado para o reconhecimento sobre a ligação das pessoas com a região e com as tradições de seus antepassados, períodos de

estagnação econômica local, mas também com as intervenções realizadas pelos órgãos governamentais e ações realizadas e outras que ainda não saíram do papel.

Dentre os trabalhos que abordam a temática da Educação Patrimonial e Educação Básica, foi encontrada a monografia de 2012, de Fernanda Brunetta Figueró, com o título de “Identidade e Patrimônio Histórico Cultural em livros didáticos do PNLD 2010 e 2013”. Este trabalho foi fundamental para o percurso metodológico da presente pesquisa, pois facilita a compreensão sobre qual maneira o patrimônio é representado nas obras e, em que sentido o discurso construído através dessas representações é tributário de uma concepção patrimonial tradicional de diversidade cultural em livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), 2010 e 2013.

Outra contribuição da monografia analisada é que ela aborda quatro coleções de livros didáticos de História dos anos iniciais do ensino fundamental aprovados pelo PNLD, sendo uma coleção do triênio de 2010/2011/2012 e três coleções de triênio de 2013/2014/2015, a fim de compreender de que maneira o patrimônio é representado nas obras e em que sentido o discurso construído através dessas apresentações é tributário de uma concepção patrimonial tradicional ou de diversidade cultural.

Figueiró (2012, p. 21) apresenta que:

Desde 1997, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação mantém continuamente a distribuição de livros e inclui nessa mesma data a disciplina de História ao programa, mas que só recentemente, em 2010, o MEC exige a presença da temática de patrimônio dentre os conteúdos e abordagens nestas coleções sendo pouco abordado diante do conhecimento acadêmico.

A pesquisa de Figueró (2012) possui como questão-problema examinar de que forma se dá o discurso legalizado sobre identidade e patrimônio nos livros didáticos analisados, uma vez que são livros didáticos do Comitê Nacional que foram avaliados e selecionados pelo governo, e em que medida contribuem para que o conceito de patrimônio seja visto como uma construção social.

Nesse sentido, esta obra apresenta-se como importante referência para esta pesquisa, pois estabelecer uma cultura de conhecimento e de valorização do patrimônio cultural passam pelo caminho educacional de conscientização, identificação, reconhecimento e compreensão das diferentes manifestações e formas de patrimônio. Logo, a escola é um espaço oportuno para a construção de saberes plurais e significativos e o livro (material) didático tem a função de sensibilizar os educandos para a preservação dos bens culturais. Isso dialoga com a presente pesquisa que intenta despertar o interesse tanto de docentes quanto de discentes para o estudo

e preservação do patrimônio cultural riquíssimo que há na região do Triângulo Mineiro – o Desemboque-MG.

Na segunda obra analisada para esta pesquisa, cuja temática é a Educação Patrimonial e Educação Básica, é a dissertação de mestrado em Educação de Irene da Silva Fonseca dos Santos, “Patrimônio Histórico-Cultural: Leitura Crítica dos conceitos e suas implicações na Prática Escolar” (2008). O texto busca analisar a tríade conceitual: Patrimônio, História e Cultura, além de investigar os caminhos político-educacionais viáveis para que o espaço individual possa contribuir com a esfera coletiva.

Santos (2008) utilizou como método o materialismo histórico-dialético, por meio da Teoria Crítica, tendo como base os autores Adorno e Horkheimer, que possui como pressupostos de que tanto a história quanto a arte possuem momentos com características alienantes e/ou de fetichização, resultados da expansão do sistema capitalista, ou como os autores denominaram de “a indústria cultural”. Em outras palavras, é como se a dinâmica do mercado determinasse o que é cultural e o que pode ser ou não criativo e consumido como cultura.

Para a autora, é preciso que se reivindique o direito de que crianças e jovens conheçam a história criticamente e desfrutem de obras de arte, sem serem influenciadas pela ideologia do controle das elites burguesas e, sim, possam pensar criticamente sobre os fatores históricos e artísticos relacionando-os com a sua realidade social. (SANTOS, 2008).

Quanto ao espaço de docência, Santos (2008) aponta para a necessidade de haver um planejamento para o chamado Patrimônio Histórico-Cultural, de modo a inseri-lo nas matrizes curriculares de ensino e em programas escolares. A problemática discutida pela autora é que a Educação Patrimonial é pouco abordada nos espaços escolares mesmo que este assunto se constitua por meio de intensa riqueza histórica e cultural, devendo ser amplamente divulgada e trabalhada nas escolas.

Nessa perspectiva, Santos (2008) permite inferir que a educação patrimonial sofreu uma fragmentação e enfraquecimento crítico. Para a autora, apenas a partir de uma nova consciência crítica, fortalecida em conteúdos sólidos, é que se reforçará tal conscientização. Portanto, a exposição de Santos (2008) corrobora com a discussão aqui empreendida, pois é de suma importância que a educação valorize o debate crítico do Patrimônio, no âmbito escolar, sobretudo na elaboração de projetos educacionais com relações históricas e políticas ligadas à compreensão concreta sobre esta temática.

Por conseguinte, por meio de intervenções do poder público, apesar das diferenças entre os lugares, é possível salvaguardar elementos do passado e motivar ações de preservação de

memórias culturais. Cabe destacar que os textos apresentados nessa seção buscaram respaldos para a construção de nossa compreensão sobre a amplitude do assunto que demonstram os vários elementos para que o Desemboque-MG mantivesse seu patrimônio até os dias de hoje. Justifica-se que o observar de influências de contextos sócio-político-econômicos, bem como a ação da população local e poder público que apregoam valores na esfera regional e nacional provocam e revelam a representatividade deste sítio no contexto brasileiro.

Conforme aludido anteriormente, as contribuições de cada obra estudada serviram de respaldo para pensar, de forma geral, sobre Educação Patrimonial no meio educacional, docente e acadêmico. No entanto, dadas as particulares abordagens, as análises trazem implícitos de muito apoio no constructo teórico desta dissertação. Ademais, com a finalidade de se conceber um material didático aqui proposto, conceitos de conscientização, preservação e valorização de patrimônio histórico e cultural são basilares nesta construção, uma vez que, pelas pesquisas realizadas, trata-se de carência perceptível trabalhos científico-acadêmicos na área de patrimonialização.

2.2 PESQUISA DOCUMENTAL

Na construção desta pesquisa, são utilizados procedimentos metodológicos necessários para aprofundar a busca por qualificar os questionamentos que orientam a construção deste material. Para isto, a pesquisa documental é um dos métodos utilizados para obtenção de dados através de documentos relacionados à legislação educacional, com o intuito de verificar como temáticas ligadas à Educação Patrimonial são tratadas.

Lidiane Silva (2009) ressalta que a pesquisa documental se materializa:

De acordo com o referencial teórico que nutre o pensamento do pesquisador, pois não só os documentos escolhidos, mas a análise deles deve responder as questões da pesquisa, exigindo do pesquisador uma capacidade reflexiva e criativa, não só na forma como compreende o problema, mas nas relações que consegue estabelecer entre este e seu contexto, no modo como elabora suas conclusões e como as comunica. Portanto, todo este trabalho com os documentos é compreendido em dois momentos distintos: o primeiro de coleta de documentos e outro de análise de conteúdo. (SILVA, 2009, p. 4557).

Portanto, a coleta de documentos é uma importante fase da pesquisa, exigindo do pesquisador alguns cuidados e procedimentos técnicos acerca da aproximação do local onde se pretende realizar a coleta das fontes que lhe pareçam relevantes à investigação. Outro ponto a ser ponderado se refere à aproximação do objeto de pesquisa com o intuito de esclarecer quais serão os objetivos de pesquisa, sendo este o primeiro contato do pesquisador com esta metodologia.

A pesquisa documental constitui-se no estudo dos documentos e na análise minuciosa, prática em que o pesquisador deve descrever e interpretar o conteúdo desses, tendo como foco trabalhar as problemáticas elencadas a respeito da pesquisa e, por fim, produzir uma escrita com conhecimentos teóricos relevantes.

Os documentos a serem analisados neste estudo são legislações educacionais, principalmente do ensino fundamental anos finais, objetivando compreender quais são os parâmetros utilizados para o ensino da Educação Patrimonial na educação básica. Foram analisadas as seguintes legislações de abrangência nacional: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC); em âmbito estadual analisou-se o Documento de Referência de Minas Gerais, com ênfase no segmento ensino fundamental anos finais; no escopo municipal foram analisados os documentos, Matrizes Curriculares para a Rede de Ensino de Uberaba-MG; Plano Decenal de Educação: 2015 e 2024 e Compêndios de Estudos, práticas e diretrizes para a Educação Patrimonial nas escolas - Educação Patrimonial na escola Conhecer para pertencer-Uberaba-2018. Os procedimentos da análise dos documentos mencionados serão abordados a seguir.

2.2.1 Educação Patrimonial na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – começou a tramitar em 1988, com a promulgação da Constituição Federal. Em linhas gerais, a LDB é uma lei que estabelece as diretrizes para a educação obrigatória e gratuita para todas as idades. Diante disso, o presente trabalho analisa este documento com o objetivo de observar se existem parâmetros da Educação Patrimonial no contexto do ensino fundamental anos finais.

Encontra-se na LDB, no *caput* do Art. 43, a informação de que a educação superior tem por finalidade, no inciso IV: “Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem **patrimônio** da humanidade e comunicar o saber através do ensino de publicações ou de outras formas de comunicação.” (BRASIL, 1996, p. 36, grifo nosso).

No Art. 54, apresenta-se a garantia de que as universidades mantidas pelo Poder Público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal. Neste artigo, há o inciso VII que apresenta que

“efetuar transferências, quitações e tomar outras providências de ordem orçamentária, financeira e **patrimonial** necessárias ao seu bom desempenho” (BRASIL, 1996, grifo nosso).

Outro *caput* da legislação em tela que pauta a questão de patrimônio é o art. 77, no qual os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, que, de acordo com o inciso I, “(...) comprovem finalidade não-lucrativa e não distribuam resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu **patrimônio** sob nenhuma forma ou pretexto” (BRASIL, 1996, grifo nosso). E também no inciso III: “(que) assegurem a destinação de seu próprio **patrimônio** a outra escola comunitária filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de atividades” (BRASIL, 1996, grifo nosso).

Também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) se encontra uma publicação do ano de 2017, idêntica à acima abordada, publicada em 1996. Ao se observar os tópicos em que aparecem a palavra “patrimonial”, no primeiro e terceiro inciso, trata-se de bens patrimoniais institucionais, no sentido de que essas instituições devem ter uma organização diante da estrutura e da organização orçamentária, no sentido de preservar tais patrimônios e o desempenho destes bens. É possível visualizar também a questão do patrimônio financeiro nas instituições escolares ou comunitárias, que têm por objetivo ser instituições não lucrativas, e não têm por objetivo distribuir dívidas e bonificações, mas agem com a participação da comunidade e de instituições que colaboram para manter o patrimônio escolar comunitário e que, em caso de encerramento das atividades, deve-se avisar o Poder Público.

Destarte, considera-se que os principais pontos abordados pela LDB que tratam de “patrimônio” não se referem ao seu conteúdo histórico ou cultural, mas sim como um bem, um título além de questões relativas à educação superior e edificações, a exemplo, universidades e escolas. Ainda, infere-se a recomendação implícita de que a noção de patrimônio cultural deva ser incorporada aos outros conteúdos da grade curricular como uma proposta interdisciplinar.

2.2.2 Educação Patrimonial nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) têm por intuito constituir um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo país.

O processo de elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais iniciou a partir do estudo de propostos curriculares de Estados e Municípios brasileiros, da análise realizada pela Fundação Carlos Chagas sobre os currículos oficiais e do contato com informações relativas a experiências de outros países. Sobre esse processo, encontra-se nos PCN a indicação de que para sua elaboração foram analisados subsídios oriundos do Plano Decenal de Educação (1993- 2003), pesquisas nacionais e

internacionais, dados estatísticos sobre desempenho de alunos do ensino fundamental, bem como experiências de sala de aula difundidas em encontros, seminários e publicações (BRANCO, 2017, p. 4)

A tramitação de tal proposta foi discutida em âmbito nacional, em 1995 e 1996, com participação de docentes de universidades públicas, técnicos de secretarias de educação, instituições de diversas áreas do conhecimento e especialistas da educação. Segundo os PCN, os resultados foram apurados pelos profissionais da educação que contribuíram para a elaboração do documento.

Dentro dos PCN, em Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais, é possível observar o tópico “Escola e constituição da cidadania”, o qual apresenta que:

A escola na perspectiva de construção de cidadania, precisa assumir a valorização da cultura de sua própria comunidade e, ao mesmo tempo, buscar ultrapassar seus limites, propiciando às crianças pertencentes aos diferentes grupos sociais o acesso ao saber, tanto que diz respeito aos conhecimentos socialmente relevantes da cultura brasileira no âmbito nacional e regional como no que faz parte do **patrimônio** universal da humanidade (BRASIL, 1997. p. 34, grifo nosso).

Neste tópico, observa-se a preocupação de as instituições escolares promoverem saberes de valorização cultural entre grupos sociais e o acesso dos educandos ao conhecimento por temáticas patrimoniais regionais e universais.

Ainda, analisando a legislação em tela, na seção que trata dos objetivos gerais do Ensino Fundamental, os Parâmetros Curriculares Nacionais indicam que os alunos sejam capazes de:

Conhecer e valorizar a pluralidade do **patrimônio** sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe, de crenças de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais (BRASIL, 1997. p. 69, grifo nosso).

Observa-se, assim, uma preocupação para que o ensino fundamental discuta o conhecimento de patrimônio social e cultural, dentre vários aspectos relacionados à diversidade. Em outro acesso, os PCN especificamente em relação à História, no tópico “Objetivos Gerais de História para o ensino Fundamental” abordam que: “Valorizar o **patrimônio** sociocultural e respeitar a diversidade, reconhecendo-a como um direito dos povos e indivíduos e como um elemento de fortalecimento da democracia.” (BRASIL, 1997. p. 33, grifo nosso). Neste bloco é possível observar o conceito de valorização do patrimônio cultural e dos indivíduos que são inseridos nele.

No título “Organizações políticas e administrativas urbanas”, sobre as diferenças e semelhanças entre os grupos étnico e sociais, um dos itens especifica sobre o

Estudo das transformações e das permanências que ocorreram nas três capitais brasileiras (Salvador, Rio de Janeiro e Brasília) e as diferenças e semelhanças entre elas e suas histórias:

As origens das cidades, suas organizações de crescimento urbanístico, seu papel administrativo como capital, as relações entre capitais brasileiras e Lisboa (num

contexto de relações entre metrópole e colônia) as questões políticas nacionais quando eram capitais, sua população em diferentes épocas, as suas relações com outras localidades nacionais e internacionais, as mudanças em suas funções na atualidade, o que preservam como **patrimônio** histórico (BRASIL, 1997. p. 50, grifo nosso).

Nesse item, é possível observar o conceito de valorização do patrimônio cultural e dos indivíduos que estão nele inseridos. A expansão pela qual as cidades passaram oportunizou ao poder público garantir uma legislação que permite a ocupação mediante planejamento, a fim de proteger a cultura local. Para além, há a promoção da cidade, criação de empregos, revitalização da economia e promoção de bem-estar social (PEREIRA, 2014).

Na seção que aborda os Recursos Didáticos, inseridos no tema Estudos do meio, uma abordagem sobre monumentos históricos, observa-se a seguinte questão:

Dos ornamentos observados nas igrejas e nos detalhes das obras de arte, ele pode remodelar e conferir os conhecimentos que já domina sobre o assunto, aceitando variações em vez de manifestações genéricas. E conversando com os moradores que vivem e preservam os **patrimônios** históricos, pode incorporar àquilo que já sabe, um conjunto novo de representações que inclui soluções diversas. (BRASIL, 1997. p. 61, grifo nosso).

Em tal abordagem, é possível entender a importância do diálogo sobre comunidades patrimoniais que preservam o espaço enquanto bem histórico.

Dentro do mesmo tema, há os Estudos do Meio, em que se observa discussão sobre:

Criar atividades, anteriores à saída, que envolvam levantamento de hipóteses e de expectativas prévias, que abrange: conversar com os alunos, antes da excursão, sobre condutas necessárias no local como, por exemplo, interferências prejudiciais aos **patrimônios** ambientais, históricos artísticos ou arqueológicos (BRASIL, 1997, p. 63, grifo nosso).

A discussão sobre o patrimônio é muito importante e, como prática, deve incentivar a visita aos monumentos ou espaços culturais que somam ao conhecimento histórico e cultural, seja por educandos do ensino fundamental ou mesmo por discentes universitários. Esse processo é rico em dimensões sociais, históricas e memoriais.

A partir da análise dos PCN, pode-se concluir que existe uma preocupação em se trabalhar a Educação Patrimonial no âmbito escolar, tendo como foco o conhecimento de povos, etnias, culturas e também monumentos históricos. Este é um ponto positivo em termos do que consta no currículo oficial, mas, no que diz respeito à prática, será que realmente se trabalha o conceito da Educação Patrimonial nas escolas?

A seguir, será visto como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aborda a questão da Educação Patrimonial.

2.2.3 Educação Patrimonial na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

Nesta etapa da pesquisa, será analisado como a Base Nacional Comum Curricular aborda a Educação Patrimonial em seus artigos. Para isso, é necessário, primeiramente, conceituar o que é a BNCC.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014, p. 13).

A BNCC aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o 1º Artigo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, Lei nº 9.392/ 1996), orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, com o fundamento nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN). Portanto, a análise da BNCC se faz necessária para se verificar se há parâmetros ligados à Educação Patrimonial.

Em “Os Campos de Experiências”, encontra-se que, dentro da educação infantil:

Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do **patrimônio** cultural (BRASIL, 2017, p. 40, grifo nosso).

Nessa abordagem, é possível notar a preocupação com o conhecimento infantil diante da vida e o cotidiano com a aprendizagem sobre patrimônio cultural. Já em “Competências Específicas de Linguagens para o Ensino Fundamental”, visualiza-se, no tópico 5, a necessidade de:

Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao **patrimônio** cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas da produção artístico-cultural com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas (BRASIL, 2017, p. 65, grifo nosso).

Nesse sentido, nota-se a importância de se trabalhar, no âmbito escolar do ensino fundamental anos finais, o reconhecimento e o respeito por manifestações artísticas e culturais como patrimônios da humanidade e a importância de se conhecer e participar desses atos, para aprendizagem sobre identidade e cultura.

Ainda em relação à diversidade cultural, cabe dizer que se estima que mais de 250 línguas são faladas no país – indígenas, de imigração, de sinais crioulas e afro-brasileiras, além do português e de suas variedades. Esse **patrimônio** cultural e linguístico é desconhecido por grande parte da população brasileira (BRASIL, 2017, p. 70, grifo nosso).

Evidencia-se nesse fragmento os variados tipos linguísticos no Brasil, principalmente vindos dos povos indígenas, considerados como patrimônio cultural linguístico, algo ainda

pouco se discutido como patrimônio. No tópico da disciplina de Língua Portuguesa – do 1º ao 5º ano, consta, como uma das habilidades a serem desenvolvidas, que:

(EF15LP15) Reconhecer que os textos literários fazem parte do mundo do imaginário e apresentam uma dimensão lúdica, de encantamento, valorizando-os em sua diversidade cultural, como **patrimônio** artístico da humanidade (BRASIL, 2017, p. 97, grifo nosso).

O tópico anterior situa a literatura no âmbito do patrimônio cultural e ressalta suas diversidades. No item intitulado Competências Específicas de Arte para o ensino Fundamental, ressalta-se, no tópico 9, a necessidade de: “Analisar e valorizar o **patrimônio** artístico nacional e internacional, material e imaterial, com suas histórias e diferentes visões de mundo.” (BRASIL, 2017, p. 198, grifo nosso). Neste fragmento, pode-se observar o intuito de valorizar patrimônios nacionais e internacionais, sendo eles materiais ou imateriais, no âmbito do ensino fundamental.

No tópico Arte – do 1º ao 5º ano, em Artes integradas, existe um fator em evidência para se trabalhar os Processos de criação, Matrizes estéticas e culturais, Patrimônio Cultural e a Arte e tecnologia; e em Habilidades é demonstrado o seguinte:

(EF15AR24) Conhecer e valorizar o **patrimônio** cultural, material e imaterial de culturas diversas em especial a brasileira, incluindo-se suas matrizes indígenas, africanas e europeia de diferentes linguagens artísticas (BRASIL, 2017, p. 213, grifo nosso).

Neste trecho, é possível observar o interesse de se trabalhar, no âmbito do ensino fundamental, fatores da Educação Patrimonial dentro das artes, cujo foco é valorizar o patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial. E também no título Arte – do 6º ao 9º ano, observa-se o mesmo fundamento.

Dentro dos parâmetros da Educação Física – do 3º ao 5º ano, precisamente em Habilidades, encontra-se: “(EF35EF01) Experimentar e fruir brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo, incluindo aqueles de matriz indígena e africana, e recriá-los, valorizando a importância desse **patrimônio** histórico e cultural.” (BRASIL, 2017, p. 229, grifo nosso). Neste mesmo bloco identifica-se também:

(EF35EF02) Descrever por meio de múltiplas linguagens (corporal, oral, escrita, audiovisual), as brincadeiras e os jogos populares do Brasil e de Matriz indígena e africana, explicando suas características e a importância desse **patrimônio** histórico e cultural na preservação das diferentes culturas. (BRASIL, 2017, p. 229, grifo nosso).

Pode-se observar que, no ensino fundamental anos iniciais, existe a possibilidade de se trabalhar com brincadeiras e jogos populares ligados à diversidade cultural, com o intuito de valorizar patrimônios históricos e culturais. Aqui, faz-se necessário destacar o interesse de se abordar o conhecimento da Educação Patrimonial dentro da educação física.

No ensino fundamental anos finais, no título “Educação Física - 6º e 7º anos” – precisamente no quesito Habilidades, tem-se a seguinte afirmação: "(EF67EF20) Executar práticas corporais de aventuras urbanas respeitando o **patrimônio** público e utilizado alternativas para a prática segura em diversos espaços." (BRASIL, 2017, p. 235, grifo nosso). É possível observar neste tópico o incentivo ao trabalho com práticas corporais em espaços diversos para se compreender e respeitar o patrimônio público.

No título Educação Física - 8º e 9º anos, especificamente no tomo Habilidades, tem-se a especificação seguinte:

(EF89EF19) Experimentar e fruir diferentes práticas corporais de aventura na natureza valorizando a própria segurança e integridade física, bem como as dos demais, respeitando o **patrimônio** natural e minimizando os impactos de degradação ambiental (BRASIL, 2017, p. 239, grifo nosso).

Este tópico também aborda o trabalho com práticas corporais, mas em espaços naturais e estimula a valorização desses espaços enquanto patrimônio. Sob o título “Competências Específicas de Língua Inglesa para o Ensino Fundamental”, tem-se a seguinte necessidade apresentada no tópico 6: “Conhecer diferentes **patrimônios** culturais materiais e imateriais, difundidas na língua inglesa, com vistas ao exercício de fruição e da ampliação de perspectivas no contato com diferentes manifestações artísticas." (BRASIL, 2017, p. 246, grifo nosso). Neste bloco é possível observar que também se pode trabalhar patrimônio na língua inglesa como fonte de conhecimento.

Na vertente de “Língua Inglesa - 8º ano”, no quesito Habilidades, tem-se o seguinte: “Explorar ambientes virtuais e/ou aplicativos para acessar e usufruir do **patrimônio** artístico literário em língua inglesa." (BRASIL, 2017, p. 257, grifo nosso). Neste tópico, incentiva-se o uso de tecnologias digitais como forma de acesso a conhecimento sobre patrimônios culturais, especialmente literários em língua inglesa.

No âmbito das “Ciências - 9º ano”, no tópico Habilidades, vê-se a afirmativa seguinte:

(EF09CI11) Justificar a importância das unidades de conservação para a preservação da biodiversidade e do **patrimônio** nacional, considerando os diferentes tipos de unidades (parques, reservas e florestas nacionais), as populações humanas e as atividades a eles relacionados (BRASIL, 2017, p. 351, grifo nosso).

Na abordagem das ciências, encontra-se a valorização relativa a patrimônio no âmbito de unidades de preservações naturais. Na “Geografia - 5º ano” em “habilidades” temos:

(EF05GE11) Identificar e descrever problemas ambientais que ocorrem no entorno da escola e da residência (lixões, indústrias poluentes, destruição do **patrimônio** histórico etc.), propondo soluções (inclusive tecnológicas) para esses problemas (BRASIL, 2017, p. 379, grifo nosso).

Neste tópico é possível constatar a importância de se preocupar com problemas ambientais e com espaços de socialização, tendo por foco trabalhar a preservação e valorização de um patrimônio.

Em “História no Ensino Fundamental - Anos Iniciais Unidades Temáticas objetos de conhecimento e Habilidades”, observa-se o seguinte: “As memórias podem ser individuais ou coletivas e podem ter significações variadas, inserindo-se em uma lógica de produção de **patrimônios** (materiais ou imateriais que dizem respeito a grupo ou povos específicos).” (BRASIL, 2017, p. 450, grifo nosso). Aborda-se neste tópico a valorização da memória ligada a patrimônios históricos diversos.

No título “História - 3º ano”, precisamente em Habilidades, tem-se que: “(EF03HI04) Identificar os **patrimônios** históricos e culturais de sua cidade ou região e discutir as razões culturais, sociais e políticas para que assim sejam considerados.” (BRASIL, 2017, p. 411, grifo nosso). Considera-se neste tópico a importância de se trazer o conhecimento de patrimônios históricos regionais da própria região do educando e as relações culturais em que se vive. É importante ressaltar que, apesar de esta abordagem estar direcionada para o ensino fundamental anos iniciais, seria também interessante ampliá-la para alunos do ensino fundamental anos finais.

Já em “História- 5º ano” nas “habilidades”, observa-se o seguinte: “(EF05HI10) Inventariar os **patrimônios** materiais e imateriais da humanidade e analisar mudanças e permanências desses patrimônios ao longo do tempo.” (BRASIL, 2017, p. 415, grifo nosso). Nesta passagem vê-se a importância de se analisar os patrimônios históricos e suas mudanças ao longo do tempo.

Diante disso, deve-se pensar sobre o conceito de patrimônio histórico e cultural da região do educando, para além do ensino fundamental anos iniciais, estendendo-se também ao ensino fundamental anos finais e ensino médio.

Dentro de Linguagens e suas tecnologias no Ensino Médio: Competências Específicas e habilidades”, em “Competência Específica 6º ano, em suas “habilidades” observa-se o que se segue:

(EM13LGG01) Apropriar-se do **patrimônio** artístico de diferentes tempos e lugares, compreendendo a sua diversidade, bem como os processos de legitimação das manifestações artísticas na sociedade, desenvolvendo visão crítica e histórica (BRASIL, 2017, p. 496, grifo nosso).

Pode-se observar a importância do conhecimento de diferentes tipos de patrimônios, tendo como respaldo o respeito à diversidade, mas também a necessidade de se desenvolver a visão crítica e histórica de um determinado lugar.

Ao analisar a BNCC, é possível observar alguns pontos importantes sobre a Educação Patrimonial. Há fragmentos ligados a patrimônio na educação infantil, é perceptível um tipo de abordagem mais leve diante às ideias de patrimônio cultural e diversidade, no entanto, não existe um aprofundamento de valores ligados especificamente à Educação Patrimonial.

De forma geral, nos tópicos aqui abordados da BNCC, é possível perceber uma abordagem da Educação Patrimonial com enfoque no ensino fundamental anos iniciais e anos finais. As disciplinas que mais se aprofundaram neste aspecto são as das ciências humanas, como História e Geografia. Também é interessante perceber que esta temática é pautada em disciplinas como Português, Inglês, Arte, Educação Física, requerendo maior aprofundamento por parte dos professores.

Assim, a análise da BNCC permite afirmar que tal documento se baseia no fato de que existe uma percepção ligada à Educação Patrimonial, à valorização, ao conhecimento cultural, a conhecer o monumento, à preservação e ao conhecimento sobre diversidade e memória. Contudo, a temática da Educação Patrimonial em si não é contemplada.

Em vista das discussões e interfaces apresentadas, percebe-se que há maneiras de se utilizar o patrimônio como fonte de conhecimento, mas não há especificamente a valorização da Educação Patrimonial dentro de espaços escolares como foco oriundo de conhecimento. Em linhas gerais, será necessária uma discussão mais ampla sobre a importância da Educação Patrimonial como parâmetro de conhecimento no mundo escolar.

A seguir, será apresentada a abordagem dada à Educação Patrimonial no Currículo de Referência de Minas Gerais. Percebe-se a necessidade de ainda se discutir a Educação Patrimonial no contexto educacional do ensino fundamental anos iniciais e no ensino fundamental anos finais, com a perspectiva de se estabelecer o conhecimento de um “bem patrimonial” no contexto educacional e histórico e fomentar o engajamento de aprendizagens futuras, a fim de que se compreenda e reconheça sua importância.

2.2.4 Educação Patrimonial no Currículo de Referências de Minas Gerais

Nesta seção, será analisado o Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG) para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Este documento resultou de uma revisão de currículos pré-existentes nas redes públicas mineiras e foi elaborado a partir dos fundamentos educacionais expostos na Constituição Federal (CF/1988), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), no Plano Nacional de Educação (PNE/2014) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2017). As análises empreendidas serão realizadas nos

excertos do citado documento em que apareça a palavra “patrimônio” com vistas ao entendimento que trazem sobre a perspectiva da Educação Patrimonial.

O CRMG, homologado em dezembro de 2018, com vigência a partir de 2020, é o resultado de trabalho colaborativo de vários profissionais de Minas Gerais. Este documento traz a proposta de o currículo ser organizado por habilidades e competências por ano de escolaridade, visto que anteriormente a noção de habilidades era apresentada em blocos. Além de descrever o que o estudante aprenderá no ano que está cursando, o CRMG interliga as diferentes etapas da educação básica, a partir do reconhecimento e valorização dos diferentes povos, culturas e tradições existentes por todo território mineiro, buscando a integridade e o reconhecimento conjunto de ofertar uma educação pública inclusiva de qualidade com formação e transformação igualitária.

No tópico “2.4.4 Ser Professor(a) na Educação Infantil”, no Currículo Referência de Minas Gerais da Educação infantil e o Ensino Fundamental, temos em destaque a referência ao compromisso de os(as) docentes desenvolverem uma prática pedagógica reflexiva e sensível, pois:

A partir disso, o/ a professor/ a promove interações das crianças com conhecimentos que fazem parte do **patrimônio** cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, por meio do planejamento de possibilidades e oportunidades que se constituem a partir da observação, dos questionamentos e do diálogo constante com as crianças (BRASIL, 2016, p.59-60, grifo nosso).

Este tópico oportuniza ao professor abordar conhecimentos cuja temática trate de patrimônios cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, com intuito de trazer esclarecimento e aprendizagem para crianças da Educação Infantil, preservando a linguagem e a sensibilidade condizente com a idade.

No tópico “2.5 Organização Curricular na Educação Infantil”, temos a Referência da Resolução nº 5/2009 que apresenta uma definição de currículo para as crianças na faixa etária de 0 a 5 anos em seu art.3º:

[...] um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do **patrimônio** cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (BRASIL CNE/CEB, 2009, apud CRMG, 2019, p. 37, grifo nosso).

É possível compreender que no ensino fundamental anos iniciais são abordados os conhecimentos sobre patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico para o desenvolvimento de crianças de 0 a 5 anos de idade, expondo concepções que norteiem as práticas pedagógicas.

Em “2.5.1 Direitos de Aprendizagem”, temos:

Para que estes direitos sejam contemplados, a BNCC estruturou as aprendizagens a serem alcançadas em todo o segmento da Educação Infantil entrelaçando as situações e as experiências cotidianas da criança e seus saberes, aos conhecimentos que fazem parte do **patrimônio** cultural, artístico, científico e tecnológico, por meio dos campos de experiências (CRMG, 2019, p. 39, grifo nosso).

Dentro da BNCC, optou-se pelo conhecimento de patrimônios artísticos, tecnológicos e científicos para melhor compreensão destes campos de aprendizagem, ou seja, é um direito social os alunos conhecerem esta temática.

Em “Traços, sons, cores e formas objetos de aprendizagem- Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)” verifica-se: “(EI02TS04 MG) Ter acesso à produção sociocultural, apropriando-se do **patrimônio** histórico, artístico, científico, tecnológico e cultural” (CRMG, p. 59, grifo nosso), o que repete a perspectiva dos trechos anteriormente discutidos.

No tópico “2.11.2 Educação Infantil Quilombola”, verifica-se:

A Educação Escolar Quilombola é uma modalidade educacional, que no Estado de Minas Gerais está organizada pela Resolução SEE nº 3658/2017. Tal modalidade destina-se ao atendimento das populações quilombolas rurais e urbanas, em suas mais variadas formas de produção cultural, social, política e econômica. Ela é regida por algumas normativas específicas que contemplam os princípios de organização dessa modalidade, tais como: memória coletiva dessas populações: as práticas culturais; os festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o **patrimônio** cultural das comunidades quilombolas de todo o país; a territorialidade e respeito aos processos históricos de luta pela regularização dos territórios tradicionais dos povos quilombolas; a superação do racismo institucional, ambiental, alimentar; a articulação entre conhecimentos científicos, os conhecimentos tradicionais e as práticas socioculturais próprias das comunidades quilombolas, em processo educativo dialógico e emancipatório (CRMG, 2019, p. 77, grifo nosso).

Dentro da Educação Quilombola, organizada pela resolução SEE nº 3658/2017, frisa que, nas populações quilombolas, independente do aspecto social, rural, cultural, econômico e político, o patrimônio cultural destas comunidades deve preservar os princípios de memória coletiva, práticas de tradição, festejos, cultura, trazendo consigo historicidade e conhecimentos científicos da tradição desses povos. Em se tratando de patrimônio cultural, deve-se reconhecer que esses bens culturais são ligados à identidade e à valorização da pluralidade nacional.

Em “Campo de Experiências: o eu, o outro e os nós – Faixa Etária: Crianças bem pequenas (4 anos a 5 anos 11 meses)”, dentro de “Experiências Propostas”, temos: “(EI03EO06X) Valorizar o **patrimônio** científico, tecnológico, histórico, artístico e cultural.” (CRMG, p. 105-106, grifo nosso). Neste tópico, frisa a valorizar patrimônio científico,

tecnológico, histórico, artístico e cultural para crianças de 4 a 5 anos e 11 meses), tópico que se repete desde o início de nossas buscas.

No tópico “Campo de Experiências: Traços, sons, cores e formas - Faixa Etária: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses)”, em “Direitos de aprendizagem, temos: “entrando em contato com manifestações do **patrimônio** cultural, artístico e tecnológico, apropriando-se de diferentes linguagens. (CRMG, 2019, p. 129, grifo nosso).” Observa-se que, na educação infantil, repete-se o termo “patrimônio”, enfatizando que crianças tenham o contato com tais perspectivas de ensino cultural, a exemplo, manuseiem diferentes materiais, experienciem atividades e canções.

No “Campo de Experiências: Traços, sons, cores e formas - Faixa Etária: Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)”, temos em “Direitos aprendizagem”:

Participar de decisões e ações relativas à organização do ambiente (tanto no cotidiano como na preparação de eventos especiais), à definição de temas e à escolha de materiais a serem usados em atividades lúdicas e teatrais, entrando em contato com manifestações do **patrimônio** cultural, artístico e tecnológico apropriando de diferentes linguagens (CRMG, 2019, p. 133, grifo nosso).

Nesse tópico, percebe-se que, na preparação, o docente deve realizar a escolha do material a ser utilizado nas atividades com o intuito de estimular movimentos lúdicos e teatrais, pois é uma idade oportuna e fértil para tais representações. Dessa forma, ao participar de diferentes situações utilizando de manifestações de patrimônios históricos e culturais com crianças da Educação Infantil, é um incentivo para que a criança compreenda e se aproprie de sua identidade cultural.

Em “Campo de Experiências: Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações- Faixa Etária: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses)”, temos:

Conhecer-se e construir sua identidade pessoal e cultural, identificando seus próprios interesses na relação com o mundo físico e social, apropriando-se dos costumes, das crenças e tradições de seus grupos de pertencimento e do **patrimônio** cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico (CRMG, 2019, p. 170, grifo nosso).

Neste tópico, destaca-se conhecer a própria identidade e cultura, costumes, crenças e tradições de patrimônios diversificados, abarcando as seguintes faixas etárias: Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) e Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses).

No tópico “5.1.1. Competências Específicas da Área de Linguagens para o Ensino Fundamental nº 5”, temos:

Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao **patrimônio** cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, de identidades e de culturas (CRMG, 2019, p. 207, grifo nosso).

Neste tópico, pede-se o respeito às diversas manifestações culturais e artísticas, locais ou mundiais, ou ainda que pertençam ao patrimônio cultural da humanidade. Também expõe sobre a participação das crianças em práticas individuais e coletivas sobre a temática a respeito da diversidade e das identidades culturais.

Em “5.2.3 Diretrizes Para o Ensino Componente Curricular”, observa-se:

Qualificar para o exercício da cidadania implica compreender a dimensão ética e política da linguagem, ou seja, ser capaz de refletir criticamente sobre a língua como atividade social capaz de regular- incluir ou excluir- o acesso dos indivíduos ao **patrimônio** cultural e ao poder político (CRMG, 2019, p. 213, grifo nosso).

Neste tópico, é possível enxergar a demanda por exercitar a cidadania buscando a compreensão ética e política da linguagem, visto que a linguagem agencia memórias, constrói e compartilha sentidos, além de fazer suas interações. Por meio de reflexões críticas, conhecer ou mesmo compreender o patrimônio cultural, seu papel político-social, considerar a linguagem constitutiva da história e da pluralidade identitária de seus povos.

No 1º ano de ensino fundamental, em “Habilidades”, temos:

(EF15LP15) Reconhecer que os textos literários fazem parte do mundo imaginário e apresentam uma dimensão lúdica, de encantamento, valorizando-os, em sua diversidade cultural, como **patrimônio** artístico da humanidade. (CRMG, 2019, p.270, grifo nosso).

Também verificado na BNCC, este item visa, no âmbito literário, valorizar o repertório cultural exposto nas obras literárias que difundem a cultura e os saberes como patrimônio artístico da humanidade de forma a ampliar aspectos de identidade, criatividade, pluralismo, diversidade e direitos humanos. Essa perspectiva se repete em “Habilidades do 2º, 3º, 4º e 5º ano” ensino fundamental.

Em “5.3.2 Competências Específicas do Componente” temos o tópico: “9. Analisar e valorizar o **patrimônio** artístico nacional e internacional, material e imaterial, com suas histórias e diferentes visões de mundo.” (CRMG, 2019, p.423, grifo nosso) Este bloco articula-se juntamente com as competências gerais da BNCC e com as competências específicas na área de Linguagens dentro do componente curricular de Artes, tendo como foco o desenvolvimento de algumas competências específicas, as quais estabeleçam relações de forma crítica dos modos de produção e intervenção, além de valorizar patrimônios internacionais e nacionais – material ou imaterial.

Pela perspectiva “Valorização da pesquisa e das buscas de fontes de documentação, preservação, acervo e da produção artística”, temos um referencial no corpo do texto do Currículo de Referências de Minas Gerais da (CDC-Arte, 2014, p.14-17,) que dispõe o seguinte fragmento:

Com esse critério, pretende-se avaliar se o estudante valoriza a pesquisa, conhece e observa a importância da documentação, preservação, acervo e veiculação da própria cultura e das demais em relação aos espaços culturais, ao planejamento urbano, à arquitetura, como bens artísticos e do **patrimônio** cultural (CRMG, 2019, p. 535, grifo nosso).

Assim, pode-se perceber que para o docente pensar sobre a avaliação em arte é algo complexo, no entanto, deve-se incentivar os estudantes a valorizarem a pesquisa, a fim de conhecer e observar a importância de documentos. O ensino conduzido dessa forma oportuniza o desenvolvimento de habilidades e conhecimento acerca de preservação, de acervo, da própria cultura, de espaços culturais, de bens artísticos e de patrimônios culturais. Por essa perspectiva, engloba pré-requisitos da Educação Patrimonial.

De 1º a 5º ano em Artes Integradas e “Objetos de conhecimento” com o conceito de “Patrimônio Cultural”, temos em “Habilidades”:

(EF15AR25A) Conhecer o **patrimônio** cultural, material e imaterial, de culturas diversas, em especial a brasileira, incluindo-se suas matrizes indígenas, africanas e europeias, de diferentes épocas, favorecendo a construção de vocabulário e repertório relativos às diferentes linguagens artísticas (CRMG, 2019, p. 545, grifo nosso).

(Ef15AR25B) Valorizar o **patrimônio** cultural, material e imaterial, de culturas diversas, em especial a brasileira, incluindo-se suas matrizes indígenas, africanas e europeias, de diferentes épocas, favorecendo a construção de vocabulário e repertório relativos às diferentes linguagens artísticas (CRMG, 2019, p. 545, grifo nosso).

Temos aqui duas habilidades: uma com objetivo de os alunos conhecerem o patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial, e a outra com ênfase em valorizá-lo. Em ambas, a perspectiva centraliza-se na cultura brasileira de origens africana, indígena e europeia de diferentes épocas históricas, cujo intuito é de produzir visão sobre as diversidades das linguagens artísticas em nosso país.

No 5º ano em Brincadeiras e jogos- “habilidades”, temos:

(EF35EF01P5) Experimentar e fruir brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo, incluindo os afro-brasileiros e os de matriz indígena e africana, valorizando a importância desse **patrimônio** histórico e cultural (CRMG, 2019, p. 590, grifo nosso).

Objetiva-se que alunos aprendam jogos populares do Brasil e do mundo, incluindo os afro-brasileiros e indígenas, tendo como foco a valorização de patrimônios históricos e culturais.

No 5º ano em “habilidades”, temos:

(Ef35EF03P5) Descrever, registrar e documentar por meio de múltiplas linguagens (corporal, oral, escrita audiovisual), as brincadeiras e os jogos populares do Brasil e do mundo, incluindo os afro-brasileiros e os de matriz indígena e africana, explicitando suas características e reconhecendo a importância desse **patrimônio** histórico cultural na valorização e preservação das diferentes culturas (CRMG, 2019, p. 591, grifo nosso).

Este tópico aborda as múltiplas linguagens – corporal, oral, escrita, audiovisual, as brincadeiras e os jogos populares do Brasil e do mundo, incluindo os afro-brasileiros e os de matriz indígena e africana – dando importância ao patrimônio histórico e cultural.

No 6º ano, dentro de Práticas Corporais de Aventura, em “Habilidades”, temos: “(EF67EF21P6) Vivenciar práticas corporais de aventura urbana, respeitando o **patrimônio** público, reconhecendo seus elementos e suas características, fruindo-as como direito de todos os cidadãos. (CRMG, 2019, p. 596, grifo nosso).” Este tópico orienta a utilização de práticas corporais em patrimônios públicos, com intuito de reconhecer e valorizar o espaço utilizado.

No 7º ano, pelo mesmo viés de Práticas Corporais de Aventura, em “Habilidades”, temos: “(EF67EF20P7) Executar práticas corporais de aventura urbanas, respeitando o **patrimônio** público e utilizando alternativas para a prática segura e democrática em diversos espaços. (CRMG, p. 600, grifo nosso). Este tópico, a exemplo do 6º, norteia sobre a utilização de espaços urbanos para executar práticas corporais, mas com o intuito de valorizar patrimônios públicos.

Dentro do 9º ano, em “Práticas corporais de aventura” dentro de “Habilidades”, observa-se:

(EF89EF19P9) Experimentar e fruir diferentes práticas corporais de aventura na natureza, valorizando a segurança, integridade física individual e coletiva, respeitando e se responsabilizando pela preservação do **patrimônio** natural (CRMG, 2019, p. 607, grifo nosso).

Neste tópico, podemos perceber que, ao utilizar diferentes práticas corporais, sendo estas ligadas a se aventurar na natureza, deve-se valorizar a segurança com responsabilidade física, individual ou coletiva e, simultaneamente, preservar os meios de patrimônios naturais.

Em “5.7.2 Competências Específicas de Língua Inglesa para o Ensino Fundamental”, temos no tópico 6:

Conhecer diferentes **patrimônios** culturais, materiais e imateriais difundidos na língua inglesa, com vistas ao exercício da fruição e da ampliação de perspectivas no contato com diferentes manifestações artístico- culturais (CRMG, 2019, p. 610, grifo nosso).

É possível verificar o conceito da diversidade patrimonial imaterial e material, no intuito de trazer um tipo de ampliação pela perspectiva de manifestações artísticas e culturais nesse tópico da disciplina de língua inglesa.

Em “Dimensão Intercultural e Multiletramento”, observa-se:

Adentrar nesse espaço rico de produção cultural, literária e artística e se apropriar desse **patrimônio**, enraizado na territorialidade, associando-o ao cenário contemporâneo do mundo digital que viabiliza o entrelaçamento das mais diferentes linguagens, sem dúvida, constitui uma das facetas mais ricas do aprendizado de outra língua, uma vez que nos leva à valorização de nossa cultura pelo descortinamento da mesma (CRMG, 2019, p. 616, grifo nosso).

Neste trecho, verificamos a importância da produção cultural, literária e artística como algo patrimonial, oportunizando uma riqueza de aprendizagem por meio das linguagens que viabilizam reflexões acerca da identidade e cultura e divulgam a interculturalidade. Outro aspecto que se destaca é o entrelaçamento cultural por meio do mundo digital, tão presente na contemporaneidade.

No 8º ano, na “Leitura” em “Habilidades”, temos:

(EF08LI06) Apreciar textos narrativos em língua inglesa (contos, romances, entre outros, em versão original ou simplificada), como forma de valorizar o **patrimônio** cultural produzido em língua inglesa (CRMG, 2019, p. 642, grifo nosso).

Neste tópico, destaca-se a importância de se apreciar textos narrativos de língua portuguesa entre contos e romances, de maneira a valorizar o patrimônio cultural produzido em língua inglesa.

No 9º ano, temos em “Direitos de Aprendizagem”:

(EF09CI12) Justificar a importância das unidades de conservação para a preservação da biodiversidade e do **patrimônio** nacional, considerando os diferentes tipos de unidades (parques, reservas e florestas nacionais), as populações humanas e as atividades a eles relacionados (CRMG, 2019, p. 775, grifo nosso).

Neste âmbito, tem-se o objetivo de preservar patrimônios ligados à biodiversidade, considerados patrimônios nacionais, como parques florestais, sítios arqueológicos, dentre outros.

Em “Apresentação da Área: Ciências Humanas”, verifica-se o seguinte:

Cada localidade tem sua própria dinâmica, o que inclui o **patrimônio** cultural material e imaterial, representado por sítios arqueológicos, arquitetura barroca, tradições folclóricas, gastronomia, entre outros (CRMG, 2019, p. 781, grifo nosso).

Neste trecho, é possível considerar que patrimônios culturais imateriais e materiais são também representados como tradições folclóricas, arquitetura, gastronomia, presentes em determinada comunidade.

No tópico “8.2.8 Avaliações”, observa-se o seguinte trecho:

Portanto os instrumentos de avaliação visam contemplar aspectos e atitudes de educação na esfera da sociabilidade dos estudantes, dando especial atenção ao desenvolvimento de compromisso com o seu grupo, com a comunidade escolar, assim como com o **patrimônio** cultural local, do país e do mundo (CRMG, 2019, p. 806, grifo nosso).

Tem-se como instrumento avaliativo, nesse trecho, a socialização entre os alunos, com especial atenção ao compromisso destes, seja com a comunidade escolar, seja em relação ao patrimônio cultural, local ou mesmo de seu país e do mundo.

Outro foco perceptível é no 5º ano, no tópico “Natureza, ambientes e qualidade de vida” em “Habilidades”, em que se observa:

(EF05GE11) Identificar e descrever problemas ambientais que ocorrem no entorno da escola e da residência (lixões, indústrias poluentes, destruição do **patrimônio** histórico etc.), propondo soluções (inclusive tecnológicas) para esses problemas (CRMG, 2019, p. 816-817, grifo nosso).

Nesse contexto, é externalizada a preocupação com problemas ambientais, tanto no espaço escolar e residências, sobre a poluição propalada pelas indústrias, lixões e poluentes, quanto em relação às destruições de patrimônios históricos. Assim, incentiva-se propostas de soluções tecnológicas diante dessas problemáticas ambientais na perspectiva de se discuti-las no ambiente escolar.

No 6º ano, em “Objetos de Conhecimento”, temos: “**Patrimônio** e Preservação da mineiridade (CRMG, 2019, p. 818, grifo nosso). No item “habilidades”, especifica-se da seguinte maneira: “(EF67GEMG) Descrever e localizar, no meio urbano e rural do estado de Minas Gerais, os aspectos relevantes do regionalismo mineiro manifestado em sua sociodiversidade.” (CRMG, 2019, p. 818). Tal item mostra-nos a preocupação em preservar o culturalismo mineiro e todas as suas instâncias sociais, culturais ou mesmo políticas. O 7º ano repete essa mesma ideia.

Em “Natureza ambientes e qualidade de vida”, no 7º ano, temos em “Habilidades”:

(EF07GEMG) Relacionar a importância das unidades de conservação e sítios arqueológicos com a preservação da memória e identidade de um povo, enfatizando o **patrimônio** natural e cultural de Minas Gerais (CRMG, 2019, p. 821-822, grifo nosso).

Tem por intuito, neste tópico, viabilizar a conservação e preservação da memória e identidade dos povos, de patrimônios naturais e culturais do Estado de Minas Gerais.

No tópico “8.4.7 As Unidades Temáticas do componente nos Anos Iniciais e nos Anos Finais do Ensino Fundamental”, observa-se:

As memórias podem ser individuais ou coletivas e podem ter significações variadas, inserindo-se em uma lógica de produção de **patrimônios** (materiais ou imateriais) que dizem respeito a grupos ou povos específicos. E é preciso compreender que a História é resultado da construção de uma memória coletiva em disputa pelos diversos grupos sociais (CRMG, 2019, p. 839, grifo nosso).

Nesse trecho, pode-se verificar a importância da memória histórica e coletiva dos povos como um bloco de patrimônios materiais e imateriais. Mas para isso acontecer, é necessário compreender a sua historicidade, como ela se constrói e a suas diversidades.

No 3º ano em “Objetivos de conhecimento”, temos como enfoque: “Os **patrimônios** históricos e culturais da cidade e/ ou do município em que vive.” (CRMG, 2019, p. 849, grifo nosso).” E em seguida em “Habilidades”:

(EF03HI04X) Identificar os patrimônios históricos e culturais de sua cidade ou região e discutir as razões culturais, sociais e políticas para que assim sejam considerados, visando preservar e perceber aquilo que estes patrimônios materiais e imateriais revelam sobre a história local e regional (CRMG, 2019, p. 849, grifo nosso).

Ao se utilizar de patrimônios históricos e culturais da própria cidade e região para se discutir o conceito de preservação de patrimônios materiais e imateriais, partindo do pressuposto que, ao se conhecer a própria origem histórica local e regional, traz-se para o indivíduo o senso de coletividade e de pertencimento. Nesse sentido, aprofundam-se os estudos acerca de Educação Patrimonial, uma vez que não é só no espaço-escola que ocorrem aprendizagens e apropriações de saberes culturais, pois as instituições vão assumindo seu papel na formação de cidadãos críticos e conscientes da pluralidade que os cerca.

No 5º ano, repete em “Habilidades” o conceito abordado já anteriormente, na questão de os alunos conhecerem os patrimônios materiais e imateriais de sua nacionalidade, municipais e mundiais, no intuito de analisar as mudanças destes patrimônios ao longo do tempo, por uma perspectiva histórica. Repete este conceito também no 6º ano.

No Currículo de Referências de Minas Gerais, é possível se verificar a semelhança com os verbetes da BNCC, com propostas de abordagem interdisciplinar a partir de temas transversais. No entanto, percebe-se também que o tratamento dado ao patrimônio histórico, artístico e cultural ainda é incipiente e carente de um trabalho que abranja conteúdos programáticos que tratem sobre conhecimentos e conservação destes patrimônios. Nesse caminho, por meio de um projeto didático com essa finalidade, possibilita habilitar os educadores para que consigam despertar em seus educandos o senso de preservação e valorização das memórias históricas, principalmente, da comunidade em que vivem.

2.2.5 Educação Patrimonial nas Matrizes Curriculares para a Rede de Ensino de Uberaba- MG e Plano Decenal Municipal de Educação: 2015-2024

Neste tópico, será analisado o documento das Matrizes Curriculares para a Rede Municipal de Ensino de Uberaba-MG, específico para o Ensino Fundamental anos finais. A elaboração deste documento iniciou em 2014, e passou a uma reestruturação no biênio 2018-2019, em construção colaborativa com a Secretaria de Educação (SEMED). No entanto, em junho de 2019, a Resolução nº470, que institui e orienta a implementação do CRMG da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Minas Gerais, redirecionou esta elaboração. Cumpre destacar que o objetivo das Matrizes Curriculares de Uberaba-MG intenta consolidar uma proposta curricular que atenda às normas legais, sustentando a proposta pedagógica municipal.

Encontramos no “Conteúdo Curricular: Ensino Religioso” em “Direitos de aprendizagem” apenas uma passagem: “(EE10C2DA16) Perceber a importância da preservação

do **patrimônio** cultural, físico, ambiental (SEMED, 2019, p. 91, grifo nosso), em que o esperado é despertar no indivíduo a valorização de cidadania. Por outro lado, percebe-se uma escassez sobre abordagens de conhecimento patrimonial em disciplinas como História e Geografia, as quais ofereceriam campo profícuo para se explorar tal temática.

Em síntese, a disciplina de História aborda somente componentes históricos, o modo de enxergar o presente através do passado e, dentro deste currículo, possui ações básicas de desenvolvimento de conhecimento e aprendizagem. Em Geografia, aborda-se também somente conceitos da própria disciplina. Já no Ensino Religioso, existe o conceito de preservação de patrimônio histórico e cultural, mesmo que sutil. Logo, é perceptível a escassez do ensino da Educação Patrimonial nas Matrizes Curriculares de Ensino de Uberaba- MG.

No Plano Decenal Municipal de Educação: 2015-2024 não foi encontrada nenhuma definição de patrimônio no documento. Isso mostra também a escassez vigente no município de Uberaba-MG e região. Mas ao buscar a palavra “Preservação” no tópico “7.11. Definir, a rede pública, política, educacional para Escolas do Campo, que contemple”, temos: “a. a **preservação** dos valores da vida rural (SEMED, 2015, p. 42, grifo nosso)”. Ou seja, a ideia de preservar os valores de um povo vigente existe, pelo motivo de o município possuir ainda a Educação no Campo para alunos da zona rural.

Em “Estratégias”, temos a definição de **preservação**. Observe:

18.12. instituir, nos próximos cinco anos, de forma colaborativa entre as bibliotecas integrantes do SMB, ações continuadas de formação de mediadores de leitura, possibilitando consolidar uma política de **preservação** da memória literária do município (SEMED, 2015, p. 58, grifo nosso).

Existe aqui o entendimento de preservar a memória literária do município, mas não pela percepção patrimonial, histórico e cultural, visto ser apenas pela vertente da memória literária, sem referência a outras fontes que desenvolvem a sensibilidade e consciências cultural. Há também a indicação de que as referências culturais ocorram de forma colaborativa e isso requer uma comunicação efetiva entre todos que estão direta ou indiretamente envolvidos no processo educativo. Assim, ainda se percebe uma lacuna para que ocorra a apreciação dos valores do município e da Educação do município de Uberaba- MG.

No tópico “1.3.2.7. Educação do Campo”, temos um trecho também que se refere à definição de preservação:

Diante da especificidade da Educação no Campo, faz-se necessária a criação de uma comissão municipal para definir uma política educacional que contemple a **preservação** dos valores da vida rural (SEMED, 2015, p. 104, grifo nosso).

Como pode ver, existe uma preocupação com a preservação dos valores do povo do campo, embora não se objetiva como seria essa comissão de criação para preservar estas

comunidades. Ou seja, é imposto de maneira vaga e sem perspectivas de operacionalização. Para que haja um diálogo entre ensino e patrimônio, os indivíduos – professores e alunos – precisam passar pela formação histórico-cultural, rememorando os conflitos, as contradições, as rupturas e lutas sociais e o que permaneceu desse passado e ainda fortalece a comunidade na qual estão inseridos.

Portanto, não existe no município Uberaba- MG, pelo menos em seus documentos curriculares de ensino, parâmetros educacionais que englobem a valorização e preservação de patrimônios históricos e culturais, pois não são oferecidos pela rede municipal ensino e, tão pouco, há a perspectiva em se ampliar para o município e região o conhecimento sobre os valores de sua história cultural.

2.2.6 Educação Patrimonial e Compêndios de Estudos, Práticas e Diretrizes para a Educação Patrimonial nas Escolas – Educação Patrimonial na Escola Conhecer para Pertencer- Uberaba- 2018.

O “Compêndio de Estudos, Práticas e Diretrizes para Educação Patrimonial nas Escolas” é um caderno didático oficializado em 2018, no município de Uberaba- MG, que tem como foco promover debates e reflexões sobre o Patrimônio Cultural, especificamente para professores de artes e regentes de turmas de 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental, anos iniciais do município de Uberaba. Esta Matriz curricular de Cultura Patrimonial tem como objetivo ser referência organizacional de conteúdos e execução nas atividades e aprendizagem de “Cultura Patrimonial”, vigente no quadro curricular no 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental I de Tempo Integral I.

Como o documento é específico em Educação Patrimonial, essa análise será descritiva. O documento possui 46 páginas e começa com citações de autores consagrados, como a poesia de Carlos Drummond de Andrade “Memória”, fragmento de Paulo Freire sobre “educação” e também uma poesia de Fernando Pessoa. No sumário, tem-se a descrição dos assuntos em pauta sobre Educação Patrimonial.

O início do documento apresenta os objetivos conceituais do documento:

O presente trabalho tem como objetivo oferecer subsídios conceituais, procedimentais e atitudinais para todos os profissionais e colaboradores da Secretaria Municipal de Educação de Uberaba interessados em desenvolver em sua prática docente cotidiana, com alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, metodologias e atividades voltadas para a Educação Patrimonial. Como muitas cidades, Uberaba merece ser divulgado entre o próprio povo além dele. “Para pertencer é preciso conhecer”, pois

acreditamos que a educação deve ser a mola propulsora desse nobre intuito (UBERABA (MG),2018, p. 05).

É possível diagnosticar que o documento foi construído especificamente para profissionais e colaboradores da Secretária Municipal de Educação de Uberaba que possam se interessar pelo tema e praticá-lo na rede municipal de ensino, dando ênfase a sua historicidade.

O “Prefácio”, que especifica a construção do “Compêndio de Estudos e Práticas para Educação Patrimonial”, explicita que a sua elaboração foi construída especificamente para turmas de tempo integral do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental anos iniciais, cujo objetivo é abordar reflexões acerca do Patrimônio Cultural de Uberaba. Este documento é voltado a professores de Artes e também regentes de turmas da rede municipal de ensino responsáveis por esta temática disciplinar. O nome do projeto é “Educação Patrimonial na Escola: Conhecer para Pertencer”.

O foco deste documento é interessante, pois incentiva os alunos a se conhecerem e a conhecer o “outro”, trazendo consigo a consciência de “Eu” e do “Outro”, de maneira que os alunos possam ter consciência individual e coletiva, criando-se a liberdade de ação, seja autônoma, família, comunidade ou mesmo o próprio corpo social.

Esse processo de constituição do sujeito, segundo as diretrizes, é longo e complexo. Os indivíduos desenvolvem sua percepção de si e do outro em meio a vivências cotidianas, identificando o seu lugar na família, na escola e no espaço em que vivem. O aprendizado, ao longo do Ensino Fundamental- Anos Iniciais, torna-se mais complexo à medida que o sujeito reconhece que existe um “Outro” e que cada um apreende o mundo de forma particular. Aprender a identificar códigos variados é tarefa necessária para o desenvolvimento da cognição, comunicação e socialização, competências essenciais para o viver em sociedade UBERABA (MG), 2018, p. 9).

Essa percepção é necessária para se criar caminhos de compreensão e entendimento sobre a diversidade cultural. Através deste propósito nasce a instrumentalização de proteção de patrimônios históricos e culturais que oportuniza a recuperação, valorização e preservação de memórias e do patrimônio cultural.

A partir do conceito de Patrimônio Cultural desenvolvido pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), esse documento manifesta a noção que se tem de Educação Patrimonial e Patrimônio, explicando como as manifestações patrimoniais se expressam, sejam de cunho histórico ou cultural, individual ou em conjunto, sendo portadores de referências às identidades e memória dos diferentes povos que formam a sociedade brasileira.

Possui também na documentação, monumentos patrimoniais como ilustração de patrimônio histórico e cultural de Uberaba- MG, o que sinaliza a importância desses monumentos como cartões postais do município. Também cita-se a Coordenação de Educação

Patrimonial (CEDUC), que é um setor situado na cidade de Brasília, cujo intuito é divulgar ações em todo o Brasil sobre a Educação Patrimonial, com apoio do IPHAN, que se articula com vários setores estaduais, municipais e da sociedade civil.

A multiculturalidade, como ternos de congado, igrejas monumentais, folias de reis, dança do catira, dentre outros, é ressaltada no documento e sugere que, além de trabalhar essas particularidades com alunos do ensino Municipal de Ensino de Uberaba-MG, cria perspectivas de apropriação desses saberes culturais. A proposta sugere o envolvimento de artistas, educadores e comunidade local para vivenciarem de forma coletiva e prática a noção de pertencimento, conforme trecho a seguir:

É importante que a escola utilize a memória dos grupos de manifestação cultural, de estudos e pesquisas, existentes no município como: grupos de Congados e Moçambique, grupos de Catira e Folia de Reis e Instituições como Fundação Cultural de Uberaba, Arquivo Público e etc. (UBERABA (MG), 2018, p.12).

Por essa perspectiva, foi criado do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental, em Tempo Integral, a disciplina Educação Patrimonial, em que essas turmas trabalham a temática. Já segundo Michelly Dias de Barros; Manuela Cristina Lázaro de Lima e Maria Edilene Ferreira Leal (2018), e somente no 4º ano do ensino fundamental, que as turmas da rede municipal de Ensino possuem uma abordagem específica em disciplinas ligadas somente a Arte como: música, teatro, artes visuais e dança. Diante desta perspectiva, a Educação Patrimonial é colocada como tema transversal e engloba a oportunidade de os alunos do 1º ao 3º ano se relacionarem com a visita aos locais e grupos. Diante disso, tornam-se presentes também as linguagens artísticas, que têm por intuito valorizar e preservar as culturas do município de Uberaba- MG.

O documento também aborda a definição do que seria Patrimônio Histórico e Artístico ou Patrimônio Cultural, ou seja, o conceito de Patrimônio Histórico e Artístico foi substituído por Patrimônio Cultural Brasileiro. Segundo Barros; Lima; Leal (2018), o decreto de lei nº 25 foi decretado em 30 de novembro de 1937, trazendo a nova denominação, reconhecendo as manifestações culturais como patrimônio imaterial. O documento também abrange a importância do IPHAN e sua responsabilidade para com a valorização dos patrimônios materiais e imateriais, instituto que coordena a importância do patrimônio brasileiro, bem como possui a definição sobre o que é patrimônio material e imaterial para melhor compreensão do tema.

Em “Órgãos Públicos Responsáveis Pelo Patrimônio Cultural de Uberaba”, temos o Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico de Uberaba (CONPHAU), órgão que tem por

responsabilidade inventariar, registrar, tombar e preservar os bens históricos e culturais da cidade de Uberaba. Segundo Barros; Lima; Leal (2018), este órgão é responsável também em elaborar pesquisas dos patrimônios imateriais e imateriais, com o intuito de divulgar e preservar a cultura uberabense.

Outro serviço de preservação é a Superintendência do Arquivo Público de Uberaba, uma instituição arquivística de patrimônio documental, que resguarda e disponibiliza informações para a comunidade sobre a memória histórica de Uberaba e região.

A Fundação Cultural de Uberaba (FCU), criada em 1981, também tem papel relevante, pois por meio de vários projetos implantados na cidade de Uberaba, como, por exemplo, Festivais de Folias de Reis de 13 Maio e projetos como Domingo na Concha, Cinema na Praça, Teatro Experimental de Uberaba (TEU), Jazz, dentre outros, fomenta e difunde as artes e a cultura, atuando na conservação, preservação e defesa do patrimônio histórico, artístico e cultural do município. A FCU possui o apoio também da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), que tem parceria com as instituições responsáveis pelos patrimônios culturais de Uberaba, e que abriu portas para desenvolver o Programa Educação Patrimonial na rede de ensino.

O documento muitas vezes foca na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que induz sobre os saberes das linguagens artísticas articuladas com diversas linguagens, principalmente histórica, ligadas a grupos sociais e patrimônios históricos e culturais. É articulado no documento também o conceito de tombamento, que seria o entendimento sobre a legalidade de preservar um monumento ou cultura. Segundo Barros; Lima; Leal (2018), o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico de Uberaba detém a atribuição de fiscalizar e preservar os patrimônios dos municípios uberabenses.

A definição de cultura popular e as formas de expressão também é explicitada no Programa Educação Patrimonial, em que são conceituadas todas as artes do Brasil, desde culturas populares e tradições, como danças folclóricas, celebrações, ritos dentre outros, além de formas de expressão cultural, como, por exemplo o hip-hop, o samba, as maneiras de se comunicar, gírias, dentre uma infinidade de expressões culturais.

Destaca-se também na cultura popular de Uberaba, 4 (quatro) formas expressivas de patrimônios culturais: folia de reis, catira, congadas e capoeira. Por essa perspectiva que foi sugerido trabalhar essas expressões nos “Cadernos de Sugestões de Atividades para a Educação Patrimonial em Uberaba.

Cabe ao pesquisador ou professor instrumentalizar estes conhecimentos, através de fotografias, filmes, entrevistas, para levar as informações ao público, cujos parâmetros são

discutidos também no documento. Pode-se inferir que, dada a riqueza de possibilidades de se abordar Patrimônio Cultural, a tarefa desse educador amplia-se para selecionar e organizar materiais que contemplem tal diversidade e apropriação de conhecimentos culturais de uma dada comunidade.

Segundo Barros, Lima e Leal (2018) existem sugestões para se classificar a diversidade de bens culturais como: lugares, objetos, celebrações, formas de expressão de fazer saberes, baseados principalmente pelo IPHAN e MinC, reconhecidos como patrimônios culturais brasileiros.

Nesse caminho, o documento criou a “Metodologia para o Desenvolvimento das oficinas de Educação Patrimonial”, que parte de pesquisas, práticas, conhecimento, valorização e preservação de diversos bens, como a comunidade local e até mesmo o espaço escolar.

Segundo Barros, Lima e Leal (2018), na Metodologia da Educação Patrimonial do Tempo Integral, são pautados os seguintes tópicos:

- a) Diretrizes municipais da Arte na Rede;
- b) conteúdo curricular: Educação Patrimonial (Arte e História);
- c) eixos norteadores da Educação Patrimonial no Tempo Integral;

didática para as oficinas de Educação patrimonial no Tempo Integral.

Dentro do projeto há os “Eixos norteadores da Educação Patrimonial no Tempo Integral 1. O primeiro eixo são os “lugares” como: os lugares de memória, monumentos, estátuas, pinturas, registros, arquivos, construção de rotas turísticas, turismo ecológico, o lazer e patrimônio, patrimônio arqueológico, museus, parques, igrejas, dentre uma infinidade de lugares. O intuito é incentivar os alunos a visitar estes locais, embora sejam visitas monitoradas dentro do projeto.

O segundo eixo é “celebrações” e engloba festividades como: festas de caráter cívico, festas de santos, padroeiras, festividades de terreiros de candomblé, ou seja, festas que motivam a comunidade a organizar e participar e engloba, no geral, movimentos culturais tradicionais da comunidade ou município.

O terceiro eixo são “Formas de Expressão”, que engloba artesanato, fotografia, arquitetura, pintura, comidas típicas, dentre outros. Pode ser utilizado como leitura da cultura e do envolvimento das gerações neste tipo de patrimônio.

O quarto e último eixo é “saberes”, ou seja, o conhecimento sobre produção destes lugares, cultura, celebrações, culinária dentre outros, e visa enxergar a comunidade como um todo, sendo um patrimônio histórico e cultural, que possui memória e identidade de uma diversidade de grupos sociais.

No projeto, há as “Etapas Progressivas na Didática das Oficinas de Educação Patrimonial”, que se baseiam em: 1- Observação, utilizando de percepções sensoriais, visão, olfato, paladar e audição, por meio de experimentos, provas, jogos adivinhações, ou seja, explorar os bens patrimoniais e culturais através da observação; 2- Registro- descrições verbais ou escritas, produções artísticas dentre outros; 3- Exploração- discutir, questionar, avaliar, pesquisar em outras localidades, jornais, revistas, desenvolver capacidade de análise crítica, buscando evidenciar e achar significado; 4- Apropriação- interpretar, recriar um bem cultural, fazer releitura de expressões como: pintura, escultura, teatro dança, filmes, dentre outros, utilizando da criatividade e valorização.

Por fim, o documento coloca em pauta termos utilizados na Educação Patrimonial como: Referências Culturais, Saberes, Inventários, Patrimônio Arqueológico, Casas do Patrimônio, conceituando cada um deles. Nas considerações finais do documento, observa-se a crítica ao mundo globalizado e, também, ao crescimento de movimentos sociais e ambientais que reivindicam seu espaço diante das diferenças de identidade e de patrimônios históricos e culturais, os quais tornam-se marginalizadas. E, muitas vezes, a Educação Patrimonial é pautada somente com visitas a espaços históricos e culturais, como se a historicidade tivesse alguma limitação sobre o assunto.

Diante das análises empreendidas até aqui, chega-se à conclusão que, em alguns documentos, há a preocupação de tratar a questão de patrimônio não no quesito histórico e cultural, mas pelo viés das edificações, escolas e universidades. Em outros, visualizamos a preocupação em se trabalhar no âmbito da Educação Patrimonial, no intuito de conhecer povos, etnias, culturas e também monumentos históricos. Ainda, há perspectivas ligadas à Educação Patrimonial, como o conceito de valorização, conhecimento cultural, conhecimento sobre monumentos, preservação e aprendizagem sobre diversidade e memória, embora essa temática não esteja sendo discutida com o devido valor.

Dentre as diferenças e perspectivas de ocorrer a conscientização sobre os patrimônios históricos e culturais, tomamos conhecimento sobre o “Compêndio de Estudos, Práticas e Diretrizes para Educação Patrimonial nas Escolas”, que nos trouxe esperança perante os debates até aqui, que fez jus da cultura e historicidade mineira de Uberaba-MG. É de extrema importância que todo município histórico e cultural dê significado às referências de patrimônios históricos e culturais de qualquer região.

Entretanto, a temática de Educação Patrimonial realmente tem pouca abordagem nos currículos educacionais. Por outro lado, existe o conceito de preservação de patrimônio, por várias perspectivas disciplinares, ou seja, tornam-se dinâmicas transversais. Um ponto positivo

é a existência de um caderno didático sobre Educação Patrimonial no município de Uberaba-MG, sendo de extrema necessidade a discussão da Educação Patrimonial no Triângulo Mineiro e região. Nesse sentido, esta pesquisa contribuirá para novas perspectivas críticas sobre a Educação Patrimonial no meio educativo, docente e acadêmico.

Portanto, é importante lutar contra essa lógica excludente de educação e dar oportunidade e espaço para aquilo que é nosso, que perpetue em nossos povos, a ressignificação de onde viemos e quem somos, cujo maior desafio é que as escolas, as universidades e os meios educacionais criem cidadãos críticos e conscientes da diversidade cultural, trazendo valores e respeito que explicitem sua identidade e história.

3 HISTÓRIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL NO BRASIL

A Educação Patrimonial está inserida no contexto educacional do ensino fundamental, tanto nos anos iniciais como nos anos finais. Tais perspectivas trazem formas de aproximação da sociedade com os processos de produção, circulação e consumo de bens culturais, além de discorrer sobre o destino da própria cultura e reconhecimento de um “bem patrimonial”. Esses aspectos têm a finalidade de despertar o engajamento de aprendizagens futuras, a fim de que se compreenda sua importância, reconhecer seu lugar historiográfico e estabelecer uma interlocução mais abrangente entre processos educacionais e preservação patrimonial.

3.1 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO BRASIL

A história da Educação Patrimonial no Brasil teve início muito antes das políticas públicas que conhecemos na atualidade. Em texto publicado na Revista de Patrimônio Artístico Nacional, Lilia Moritz Schwarcz (2012) destaca, que a preocupação com o patrimônio histórico brasileiro nasce no Segundo Reinado de D. Pedro II, a partir dos anos 1850.

É nesse contexto que o imperador anotaria em seu diário que “era preciso construir uma nacionalidade” e passaria a atuar no sentido de dotar esse país de uma memória visual e afetiva e de um novo calendário de datas, heróis e feriados (SCHWARCZ, 2012, p. 337).

Segundo Schwarcz (2012), o objetivo de D. Pedro II era fazer uma seleção, destacar e criar um tipo de patrimônio nacional, procurando em um passado mítico as bases de uma historicidade específica, uma convivência honrosa entre o homem branco europeu e os povos indígenas. Uma historicidade construída através de representações positivas do reinado de D. Pedro II, em que se destacava a pacificação e prosperidade trazidas por esse imperador.

Para Pedro Paulo Abreu Funari e Sandra de Cássia Araújo Pelegrini (2009), as políticas de proteção de patrimônios oscilavam diante das concepções e diretrizes, que não eram transparentes, em que a maior parte das iniciativas veio das esferas do poder federal.

Um registro no mínimo curioso nos auxilia a apreender a ambiguidade que trata do patrimônio cultural pode envolver (se é que podemos tratar o episódio dessa forma). Em correspondência enviada, em meados do século XVIII, a D. Luis Pereira Freire de Andrade (governador da capitania de Pernambuco), D. André de Melo e Castro (vice-rei do Brasil) manifestou o desejo de impedir a transferência de instalações militares para o “Palácio das duas Torres”. Sob a alegação de que tal feito geraria a ruína do palacete e o uso inadequado de suas luxuosas instalações, o então vice-rei solicitou a permanência dos soldados no antigo quartel, locus da memória das “ilustres e famosas ações que obraram os portugueses na restauração dessa capitania”, arrancada do jugo holandês em 1644. Ora, considerando-se que o palacete fora erguido por Maurício de Nassau, como poderíamos interpretar a postura do vice-rei? Qual o seu interesse em

proteger o imóvel do “uso violento e pouco cuidadoso dos soldados? Que memória pretendia preservar: a dos invasores holandeses ou a dos colonizadores portugueses? Segundo alguns pesquisadores, essa iniciativa, indícios de proteção de uma dada memória no território nacional: para outros, representa mais um dos incautos procedimentos de nossos irmãos portugueses [...] (FUNARI; PELEGRINI, 2009. p. 44).

Segundo Funari e Pelegrini (2009), as abordagens sobre preservação começaram sistematicamente nas cartas constitucionais nos primeiros anos da década de 1930, por meio de diálogos entre uma elite de intelectuais, estudiosos e políticos imbuídos de anseios por uma construção de identidade nacional e preservação da memória do Brasil.

Esse tema foi abordado sistematicamente nas cartas constituição desde os primeiros anos da década de 1930. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1934, por exemplo, declarou o impedimento à evasão de obras de arte do território nacional e introduziu o abrandamento do direito de propriedade nas cidades históricas mineiras, quando esta se revestisse de uma função social. Tal disposição, sancionada na Constituição de 1937, tornou-se decisiva para a proteção do patrimônio brasileiro, na medida em que submeteu o instituto da propriedade privada ao interesse coletivo (sob a ingerência do Estado). Esse entendimento terminou viabilizando os processos de tombamentos no país, instituídos por meio do Decreto- lei n.25/1937- o principal instrumento jurídico utilizado pelo então Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), criado em 1936 sob os auspícios do ministro Gustavo Capanema, responsável pela pasta de Educação e Saúde Pública. (FUNARI; PELEGRINI, 2009. p. 44 e 45).

Em se tratando de políticas de preservação patrimonial no período, destaca-se o nome de Mário de Andrade, por contribuir na criação do anteprojeto do Serviço do Patrimônio e Artístico Nacional (SPHAN)¹. Além de consagrado escritor, Mário de Andrade era intelectual, crítico literário, musicólogo e, também, foi um dos principais participantes da Semana de Arte Moderna de 1922.

A relação de Mário de Andrade com os ideais de preservação, patrimônio e memória se deu por volta de 1920, quando viajou pelo interior de Minas Gerais, em busca de traços culturais que revelavam o espírito da época e foram registrados na obra “Arte Religiosa em Minas Gerais”, focalizando as igrejas, monumentos e o ciclo do Ouro de Minas Gerais. Em 1936, Mário de Andrade foi convidado pelo Ministro da Educação e da Saúde da época, Gustavo Capanema, para redigir um anteprojeto do SPHAN sobre parâmetros patrimoniais.

A criação do SPHAN foi motivada por iniciativas de agências regionais e de intelectuais, alguns dos quais relacionados à Semana de Arte Moderna de 1922, conforme visto

¹ O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi criado pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Torna-se Diretoria em 1946 (DPHAN) e, em 1970, assume a denominação de Instituto (IPHAN). No ano de 1979, passa a ter o nome de Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (novamente a sigla SPHAN). Em 1981, o nome Secretaria dá lugar à Subsecretaria, mantendo a sigla. SPHAN. Finalmente, em 1994, readquire a designação de Instituto e recebe a nomenclatura de IPHAN (IPHAN, 2014).

anteriormente. Tais ações levaram ao estabelecimento do referido órgão federal, no sentido de amparar os patrimônios históricos e artísticos do Brasil.

Atendendo à solicitação de Gustavo Capanema, então ministro da Educação, Mário de Andrade, romancista, poeta, pesquisador, àquela altura diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo e principal nome da ala paulista do movimento literário modernista, redige, em 1936, documento com vistas à “organização dum serviço de fixação e defesa do patrimônio artístico nacional” (FLORÊNCIO; BIONDO 2014. p. 5).

Para Sonia Florêncio e Fernanda Biondo (2014), o projeto do SPHAN propunha a criação de um “departamento de museus” para organizar os museus nacionais pertencentes a ele, com o objetivo de promover exposições nos níveis regional e federal. Os museus municipais deveriam ser ecléticos, com diferentes tipos de coleções e seus critérios de seleção dependeriam do seu valor para a comunidade local.

Segundo Florêncio e Biondo (2014), neste anteprojeto do SPHAN seria necessário criar um museu de tecnologia dedicado a expor os conhecimentos práticos envolvidos no contínuo ciclo econômico do Brasil, ou seja, a fase industrial, por meio de uma perspectiva histórica. Sobre as práticas de preservação no Brasil, Mário de Andrade e vários estudiosos participaram coletivamente da sensibilização de valorização dos patrimônios, com coleções de arte e literatura, bem como coleções civis, militares, arquiteturas religiosas e estímulo à divulgação de emissões táticas e divulgação de notícias (FLORÊNCIO; BIONDO, 2014).

Entretanto, somente a partir de meados da década de 1970 é que a questão foi abordada de modo mais insistente, com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural-CNRC, sob a iniciativa de Aloísio Magalhães. Surgindo de discussões semanais promovidas por um pequeno grupo envolvendo funcionários do alto escalão do governo federal e do Distrito Federal, aos quais se uniram alguns professores da UnB, o CNRC, iniciou suas atividades em junho de 1975, mediante convênio formado entre a Secretaria da Educação e Cultura do Distrito Federal e a Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e Comércio (FLORÊNCIO; BIONDO. 2014. p. 7).

A proposta em tela visava atualizar a discussão sobre o significado de conservação e ampliar o conceito sobre patrimônio, no intuito de contemplar quesitos perante a necessidade de proporcionar modelos de alargamento econômico autônomos, e, pelo viés da diversidade regional e os riscos de homogeneidade, buscar garantias de não se perder a identidade cultural do país.

Nessa esteira, o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) preconizava o desenvolvimento da coleta, processamento e disseminação de informações para apoiar o plano de ação e futura instalação do sistema de referência básico, bem como a cobertura nacional da informação cultural brasileira.

Outro ponto importante é que o método CNRC tentou aproximar-se dos principais organismos diretamente envolvidos na produção, circulação e consumo de produtos culturais. Por este meio, tentavam formas de aproximação com as pessoas envolvidas na produção do conhecimento cultural, reconhecendo não só o "saber-fazer", mas também a dinâmica de consumo e circulação de bens culturais e a sua própria identidade cultural (FLORÊNCIO; BIONDO. 2014).

Em decorrência da necessidade de uma maior sistematização das ações educativas no âmbito das políticas de preservação, o IPHAN, por meio de seu setor de promoção, passou a estruturar e consolidar uma área específica voltada para ações educativas ligadas à preservação do Patrimônio Cultural brasileiro. Em 2004, o Decreto nº 5.040/04 cria uma unidade administrativa responsável por promover uma série de iniciativas e eventos com os objetivos de discutir diretrizes teóricas conceituais e eixos temáticos norteadores, consolidar coletivamente documentos e propostas de encaminhamentos e estimular o fomento à criação e reprodução de redes de intercâmbio de experiências e parcerias com diversos segmentos da sociedade civil. (FLORÊNCIO, BIONDO. 2014. p. 14).

Em meio a estas demandas, instituiu-se o Decreto nº 6.844 (2009), sendo de grande relevância para a Educação Patrimonial, uma vez que vinculava a Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC) ao Departamento de Articulação e Fomento (DAF). Tal decreto tinha por objetivo a promoção, coordenação, integração e avaliação da implementação de programas e projetos de Educação Patrimonial no âmbito da Política Nacional do Patrimônio Cultural. (FLORÊNCIO; BIONDO.2014).

Ao sistematizar diretrizes e eixos norteadores fundamentais, procurou ampliar suas formas de atuação abarcando, de um lado, a noção ampliada de Patrimônio Cultural (presente no artigo 216 da Constituição Federal de 1988 e nos parâmetros da área de Patrimônio Imaterial, criada por decreto no ano de 2000) e, de outro, os novos modelos de gestão pública que privilegiam a construção coletiva e intersetorial das ações do Estado (FLORÊNCIO; BIONDO. 2014. p. 14).

Para a gradual consolidação e integração institucional da região, uma série de atividades foram promovidas a fim de estabelecer conjuntamente critérios de ações, demarcações conceituais, recursos jurídicos e cooperação no campo da Educação Patrimonial. Conforme Maria Ferreira (2006), quando se fala em herança patrimonial mundial, para além da origem legal do termo, o significado que evoca é a permanência do passado e a necessidade de proteger coisas importantes no domínio da identidade.

Numa perspectiva histórica, foi no século XVII que patrimônio passou a ser uma preocupação de Estado, vinculando-se então a uma ideia de nação, amalgamada por símbolos de um passado comum. Esse é o período que Le Goff denomina como a primeira fase de afirmação do patrimônio, à qual se sucedeu uma segunda no período entreguerras, no qual se verifica um uso crescente do termo patrimônio pelas instituições e associações internacionais (FERREIRA, 2006, p. 81).

Ferreira (2006), pautado em Le Goff (1998, p. 11), esclarece que a terceira fase referente à afirmação do patrimônio, em que há a mudança de patrimônio histórico para social, de um

patrimônio herdado para um reivindicado, de um patrimônio material a um imaterial, ocorreu entre os anos 60 e 80, do século XX, destacando-se por ser a fase mais intensa de expansão patrimonial.

Ainda sobre as diversas definições de patrimônio, é possível compreender que se refere a um grupo de bens, que viabiliza os direitos e os deveres, mesmo sendo uma empresa ou pessoa física, constituído pelo que a instituição tem ou pelo que ela não tem. Assim, pelo viés financeiro, o patrimônio se estabelece a partir de algo que pode ser mensurado através de sua valorização econômica.

No que se refere às discussões sobre Educação Patrimonial, pode-se considerar como ponto de inflexão o Guia Básico da Educação Patrimonial, documento escrito pela museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta, no ano de 1980. Horta (1980, p. 4) assim define Educação Patrimonial:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

Nessa esteira, a autora ressalta que a Educação Patrimonial pode ser um aparato de “alfabetização cultural” que corrobora para o sujeito compreender o seu espaço sociocultural e como o seu roteiro está inserido, reforçando a autoestima dos indivíduos, grupos sociais, comunidades, além de valorizar a multiculturalidade e pluralidade sociais brasileiras (HORTA, 1980).

Na descrição feita por Horta (1980), Educação Patrimonial é um instrumento educativo que incentiva e promove discussões interativas entre grupos, comunidades e pesquisadores que abordam questões de proteção de bens culturais. Também promove mudança e construção de aprendizagem para conscientização acerca da proteção e da valorização de bens históricos e culturais.

A proposta metodológica em Educação Patrimonial, segundo Horta (1980), é processual no sentido de abarcar quatro etapas: observação, registro, exploração e apropriação. Esses métodos de fonte primária do conhecimento podem ser aplicados tanto no âmbito material quanto no da expressão cultural, pois as ações educativas se dão por contato com objetos ou bens, monumentos ou sítios históricos ou arqueológicos, paisagens naturais, parques ou áreas de proteção ambiental, cidades centrais históricas ou comunidades rurais, processos de

produção industrial ou manual, tecnologia e saber popular, bem como quaisquer outras manifestações decorrentes da relação do indivíduo com o seu meio.

Todas as ações através das quais os povos expressam suas formas específicas de ser constituem a sua cultura e esta vai ao longo do tempo adquirindo formas e expressões diferentes. A cultura é um processo eminente dinâmico, transmitido de geração em geração, que se aprende com os ancestrais e se cria e recria no cotidiano do presente, na solução dos pequenos e grandes problemas que cada sociedade ou indivíduo enfrentam (HORTA, 1980, p. 5).

A Educação Patrimonial é uma forma de sensibilizar e mobilizar grupos sociais e indivíduos, fazendo com que as pessoas construam sua própria identidade, fomentando o reconhecimento e a aceitação das diversidades culturais por meio de um olhar mais abrangente sobre o processo histórico. Assim, a Educação Patrimonial pode promover a valorização da pluralidade cultural no Brasil, à medida que contribui para o desenvolvimento da identidade da população brasileira e permite que ela reconheça o seu passado e entenda o seu presente.

Segundo Horta (1980), o Patrimônio Cultural Brasileiro não é apenas composto por objetos históricos e artísticos protegidos por instituições e agentes governamentais. Abrange também outras maneiras de expressão cultural que permeiam o patrimônio vivo no território brasileiro, a exemplo do artesanato, da culinária, da dança e da música.

A Educação Patrimonial é um processo educativo que pode ser desenvolvido em qualquer área do conhecimento e aprendizagem por meio do uso das habilidades e dos conceitos que visem reconhecer a importância de preservar um “bem” patrimonial em todas as suas instâncias. Logo, quando o indivíduo se apropria desses saberes sobre os bens culturais e aprende a preservá-los, ocorrem as ações de uma verdadeira Educação Patrimonial.

A seguir, será abordado como o tema Educação Patrimonial é tratado no espaço escolar.

3.2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NAS ESCOLAS

Ao falar sobre Educação Patrimonial nas escolas, é necessário fundamentá-la por meio do seu desenvolvimento em acordo com as instituições responsáveis pela preservação dos patrimônios brasileiros, principalmente o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que se iniciou pelo SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), no segundo mandato do presidente Getúlio Vargas (1951-1954). A compreensão sobre o que é patrimônio alude para além de estruturas prediais, pois ele é entendido como elemento formador de identidade, devido às suas várias facetas de abordagem.

Para refletir sobre Educação Patrimonial, esta pesquisa faz uso do conceito de consciência histórica. Luis Fernando Cerri (2009, p. 97) pontua que: “Nas últimas décadas é

possível perceber um esforço assistemático, descontínuo e geograficamente descentralizado em enfrentar essas questões por meio do instrumento conceitual intitulado como “consciência histórica”.

Segundo Cerri (2009), um dos primeiros pontos para se considerar a consciência histórica são os fenômenos sobre a existência humana ou através de algumas características que especifica uma parte da humanidade. Logo, algo a ser alcançado ou uma meta. Para Cerri (2009), a consciência histórica deve ser tratada como um componente da própria consciência, no sentido de saber sobre ela estando no mundo. Em outras palavras, uma prática de enxergar sua existência e ter consciência sobre ela. Existe também uma contraposição à consciência histórica por uma perspectiva de inconsciência ou mesmo um tipo de alienação histórica.

Com o “senso histórico”, o pesquisador torna-se capaz de olhar outros tempos – e, inferimos, outras culturas – sem prender-se aos preconceitos e limitações da sua origem cultural e histórica, mas novamente estamos diante da ideia de que, para ter acesso a essa forma de conhecer, é preciso ter passado por uma preparação, e nesse caso não se trata de uma vivência coletiva de um processo histórico (a modernização), mas de uma preparação profissional específica para a pesquisa e a produção de conhecimento das ciências humanas (CERRI, 2009, p. 98).

Para um profissional ensinar consciência histórica, segundo Cerri (2009), faz-se necessário que haja uma preparação para produzir o conhecimento especializado e científico. O profissional que ensina precisa atingir a população não-especializada, permitindo-lhe abarcar, pelo menos de maneira congruente, o conhecimento e as estruturas de ideias, quase sempre vistos pelos estudiosos e pouco conhecidos pelas classes sociais minoritárias ou mesmo pela aprendizagem moderna.

Nesse sentido, os indivíduos devem ser capazes de elaborar o saber histórico para compreender o desenvolvimento das massas sobre história, além de perceber como as demandas institucionais são socialmente designadas à produção do saber histórico. Em outras palavras, o professor será aquele que transpõe o conhecimento e mostra aos educandos de que forma a consciência histórica é formulada pelos saberes históricos.

Pelas abordagens de Cerri (2009), é possível compreender a Educação Patrimonial no Brasil e a sua relação com a consciência histórica diante da historicidade, o processo de apropriação da cultura, ou até mesmo o seu apagamento. Este autor nos permite arrazoar que a consciência histórica não se limita a determinado período da história ou a apenas alguns grupos sociais, pois ela está enraizada na própria essência humana e deve ser refletida independentemente de seu posicionamento social. Esta consciência se constrói a partir da reflexão sobre o vivido, ressignificando o passado diante do presente.

A consciência histórica não é algo que os homens podem ter ou não- ela é algo universalmente humano, dada necessariamente junto com a intencionalidade da vida

prática dos homens. A consciência histórica enraíza-se, pois, na historicidade intrínseca à própria vida humana prática. Essa historicidade consiste no fato de que os homens, no diálogo com a natureza, com os demais homens e consigo mesmos, acerca do que sejam eles próprios e seu mundo, têm metas que vão além do que é o caso (CERRI, 2009, p.100).

Segundo Cerri (2009), apesar da conscientização histórica provir de cada indivíduo, ela está enraizada nas vivências e diálogos entre os homens; logo, essa consciência nasce da existência dos povos e pode ser atemporal. Para Cerri (2009), produzir a consciência histórica é essencial a qualquer grupo humano que ambiciona continuidade, restando a esses homens interpretar as experiências e as representações dessas. Sinteticamente, a narrativa histórica permite uma congruência do tempo – passado, presente e futuro – por meio da qual reconhecem-se como pertencentes ao mundo.

Cerri (2009) aborda que as identidades coletivas possuem sua consciência histórica e que sintonizam os grupos humanos, visto que esses nasceram de comunidades primitivas e vinculam-se a seus antepassados por meio das narrativas, gestos e rituais coletivos. Assim, acabam organizando sua cultura e identidades pessoais, herdadas pela sua consciência histórica. Nesse sentido, a identidade histórica e consciência são importantes porque remetem ao conhecimento e à aprendizagem no âmbito educacional e pessoal, articulam com as marcas do passado e a sobrevivência do presente, além de trazer elementos e respostas sobre esse tipo sobrevivência histórica e cultural.

À vista disso, trabalhar Educação Patrimonial de forma sistematizada e permanente, tendo como cerne o Patrimônio Cultural como fonte de conhecimento, leva os sujeitos envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem a se apropriarem e a valorizarem suas heranças culturais. Esta reflexão, pautada na abrangência educativa, envolve principalmente pensar criticamente sobre o lugar do indivíduo na sociedade em que vive e da qual faz parte.

Os sentimentos de pertencimento e de reconhecimento têm ocupado um lugar de destaque nas discussões acerca das noções de patrimônio, compreendendo que a abrangência deste conceito vai para além de se preservar edificações. No entanto, cabe destacar que o processo de modernização no Brasil, ao longo de sua história, trouxe muitos problemas sociais e uma grande desvalorização do enraizamento cultural, principalmente de edificações, as quais, mesmo tombadas por institutos, não possuem valorização e investimento na área educacional para aprimorar os bens históricos e culturais.

De 1937 a 1969, a atuação do SPHAN voltava-se para políticas de noções de "tradição", desse modo evidenciando o passado no intuito de legitimar uma identidade nacional, ou seja, os patrimônios culturais faziam intermédio com heróis nacionais, personagens históricos (TEIXEIRA, 2008, p. 200).

Nesse caminho, percebe-se a emergência de se inserir no contexto educacional ações educativas sobre Patrimônio Cultural, incorporando-o aos demais conteúdos escolares. Sabemos que a Educação Patrimonial pode se desenvolver tanto em espaços formais (escolas), como informais (comunidade, associações de bairro, museus, parques ambientais), onde possua qualquer tipo de manifestação cultural. Alguns exemplos de patrimônios históricos que podem ser utilizados como fontes educacionais são as fotografias, documentos, praças, festas, rituais dentre uma variedade de manifestações culturais.

Segundo Claudia Teixeira (2008, p. 202)

[...] patrimônio não é necessariamente tudo aquilo que determinada sociedade considera significativo no presente, mas também o que foi importante no contexto do passado. Conseqüentemente, não é apenas o belo, o grandioso, o heroico. Também é o corriqueiro, o cotidiano, e o simples

A autora ainda complementa que

A Educação Patrimonial vem com o intuito de desmistificar o senso comum, fazendo com que educandos, a comunidade em geral perceba a sua casa, sua escola, o seu bairro como patrimônios culturais pertencentes a sua história. É sempre mais fácil e cômodo dar valor e significado ao que está distante de nós, e muitas vezes o que está próximo torna-se invisível e não digno de ser valorizado e preservado (TEIXEIRA, 2008, p. 203).

Teixeira (2008) aponta que a Educação Patrimonial vem se desenvolvendo em situações isoladas e, normalmente, possui repercussão em regiões onde os projetos foram desenvolvidos. Portanto, é preciso ampliar propostas de efetivação da Educação Patrimonial por meio de debates em eventos acadêmico-científicos, no sentido de se ampliar a área de conhecimento em que o tema se insere.

Insta salientar que a Educação Patrimonial pode ser trabalhada no cotidiano escolar de muitas formas, perpassando vários campos do conhecimento e disciplinas de forma interdisciplinar. Existe uma gama de temáticas vinculadas à Educação Patrimonial como: identidade cultural, memória, monumentos, musicalidade, fotos, filmes, relatos pessoais, relatos orais dentre outros.

Desse modo, é possível conhecer um lugar, sua cultura e musicalidade e trabalhar questões inerentes a esta temática, compreender as características material ou imaterial, pautar conceitos artísticos, além de conhecer um patrimônio natural e debater conceitos biológicos e científicos.

Cabe destacar o Guia Básico de Educação Patrimonial (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999), publicado pela primeira vez em 1999, mas que, em 1983, havia sido apresentado ao Museu Imperial, em Petrópolis-RJ, cujo objetivo é a “alfabetização cultural”. No entanto, centralizar o trabalho de Educação Patrimonial com aporte exclusivo neste Guia

cerceia relacionar Educação e Patrimônio Cultural, visto que vincula a prática educativa apenas à preservação de alguns monumentos escolhidos e/ou pertencentes aos acervos de museus.

Nesse sentido, faz-se pertinente ao patrimônio desmistificar a imagem do guia, levando os alunos a compreenderem o que realmente é o patrimônio histórico e cultural e, para além, compreender que ele está arraigado na história tradicional elitista brasileira. Assim, o processo educacional ocorre a partir de uma visão enraizada nas memórias e histórias que privilegiam o patrimônio cultural tutelado pelos órgãos de preservação. Tais metodologias não possibilitam valorizar a pluralidade/diversidade de culturas e as problemáticas de políticas públicas conduzidas pelas instituições governamentais.

A Educação Patrimonial no ensino de História viabiliza a formação de indivíduos capazes de conhecer a sua própria história cultural. Ao trabalharmos questões referentes ao patrimônio no ambiente escolar, estamos oferecendo subsídios para a construção de conhecimento e da valorização e preservação de bens culturais, sejam eles materiais, imateriais, naturais ou construídos (TEIXEIRA, 2008, p. 206).

No âmbito do ensino de História, a Educação Patrimonial busca trabalhar com o conhecimento do tempo presente a partir do passado, possibilitando ao aluno compreender a história das pessoas e, principalmente, as memórias de seus antepassados. Toda ação educativa, trilhando esse caminho, é importante para que os sujeitos se reconheçam e a suas próprias histórias, oportunizando que construam uma memória afetiva e identidade cultural (TEIXEIRA, 2008).

Pode-se afirmar que um desafio encontrado no desenvolvimento da Educação Patrimonial é o processo de modernização, que se encontra cada vez mais acelerado na sociedade em geral. Por exemplo, as novas tecnologias de comunicação e informação vêm trazendo reflexões acerca da identidade cultural das pessoas e também no seu modo de pensar diante das edificações históricas e sociais. Houve uma transformação nas formas de pensar as referências culturais neste contexto contemporâneo e tecnológico.

Segundo Stuart Hall (2004), é um processo amplo de mudança que desloca as estruturas centrais das sociedades modernas e os quadros de referência. Isso resulta, também, em uma crescente discussão acerca da temática de valorização dos patrimônios históricos culturais. As ações para a promoção e perpetuação da cultura de municípios visam salvaguardar os patrimônios materiais e imateriais, pois o aprendizado a ser repassado para as novas gerações gera transformações individuais e coletivas.

Nessa perspectiva, mesmo com os desafios impostos pela sociedade contemporânea, esta pesquisa propõe-se a criar uma proposta de material didático construído através das experiências e conhecimentos adquiridos no campo da História e da Educação Patrimonial do

Figura 2 - Mapa com localização do Desemboque-MG



Fonte: Itaú Cultural, 2021.

O povoado do Desemboque deu início aos primeiros caminhos e novas povoações da região do Triângulo Mineiro e, por este motivo, autores como Jorge Nabut (1986) o chamam de “berço”, por ser um local estratégico de onde partiam as Bandeiras que colonizaram a região que hoje forma o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, além de facilitar a ligação e o comércio com a capitania de Goiás. Ademais, despertou interesse pela riqueza de terras férteis, metais e pedras preciosas, atraindo os olhares para a exploração durante os séculos XVIII e XIX, período em que datam os primeiros arraiais ali fundados. Cabe ressaltar que a história sobre a formação do Desemboque, em sua maioria, provém do acesso e registros de cronistas e memorialistas, os quais possuem concepções muito particulares e factuais.

A região, conhecida por “Sertão da Farinha Podre”, cujas terras estavam situadas entre as margens do Rio Grande e Paraíba, era habitada por inúmeras tribos indígenas e grupos de negros foragidos das minas e organizados em quilombos. Na primeira década do século XVIII, com a descoberta do ouro, várias expedições colonizadoras foram atraídas e mineiros e geralistas, vindos de outras localidades, apossaram-se da região e do ouro existente no local. Corroborando, Sandra Dantas (2010, p. 27-28) descreve que:

A primeira [fase] delas é aquela que antecede a fixação do homem branco, quando os habitantes eram os indígenas e os quilombolas, fase que se encerrou por volta de 1746. A destruição dos quilombos e a expulsão dos caiapós marcariam as segundas e terceira fases com envio de homens para “domar” os oponentes e instituir um povoamento fixo. Por esse tempo, há indicações de que por volta de 1736, foi fundado um povoamento em um chapadão chamado Tabuleiro, que não suportou o ataque dos caiapós, sendo destruído. Algum tempo depois, a 18 Km dessa antiga povoação, fundou-se uma nova no lado esquerdo do Rio das Velhas, era o Desemboque.

Segundo Dantas (2010), a chegada de alguns sertanistas, vindos da região de Pitangui, foi responsável, em grande medida, pela criação do povoado do Desemboque. Outro ponto foi a descoberta do ouro na cabeceira do Rio das Velhas (1730), fato que contribuiu para a erradicação dos indígenas caiapós e dos povos quilombolas. Com a exploração do ouro por volta de 1785, o crescimento do povoado se instaurou por completo. No entanto, foi a construção da Igreja Nossa Senhora do Desterro e também por ser uma área entre rios e montanhas que acabou determinando o nome do local. Diante disso, a população do Desemboque expandiu-se para cerca de 1200 habitantes nesta época. A seguir Hidelbrando Pontes (1970) narra essa façanha dos geralistas:

A carta que a Câmara de Tamanduá em 1783, dirigiu a Rainha D. Maria I, acerca dos limites de Minas com Goiás, diz entretanto, que o Conde de Bobadela, governador de Minas, e D. Luís de Mascarenhas, governador de Goiás, ordenaram, mutuamente, 1748, ao ouvidor da Comarca do Rio das Mortes Dr. Tomás Ropim de Barros Barreto do Rêgo, de fazer a divisão das capitanias “pela Guarda do Arrependido, seguindo linha reta de norte a sul, à Serra Lourenço Castanho daí ao rio São Marcos e ao Desemboque, até tocar a capitania de S. Paulo”. A mesma cousa dirá por outras palavras seria: pela Guarda do Arrependido, em reta nortesul, à Serra de Lourenço Castanho; por esta às nascentes do rio São Marcos, descendo por este à sua foz no Paranaíba e daqui em reta ao Desemboque (1), no rio Grande, divisor de S. Paulo (PONTES, 1970, p. 51).

Na passagem anterior, percebe-se como era realizada a divisão das capitanias, principalmente a do Julgado do Desemboque e como funcionava a política das divisões das terras naquela época. Observa-se que as políticas do Brasil Colônia sobre as divisões de terras baseavam-se nas questões de extração do ouro na região triangulina e, simultaneamente, ocorria a expansão territorial de Minas Gerais com a fundação de novos municípios.

Outras informações são apresentadas por outros autores sobre o Desemboque, mas por vieses distintos, narrando principalmente sobre a violência imposta aos índios:

A Carta Régia de 1749, destinada a D. Marcos Mendonça, governador da Capitania de Goiás, a Coroa portuguesa decidiu pela guerra aos caiapós, “que não cessa de infestar com as mais cruéis hostilidades o caminho de São Paulo para os Goiás, e até as povoações daquelas Minas (PALACIN; GARCIA; AMADO, 1995, p. 69).

Um ano antes, em 1748, os caiapós haviam dizimados os garimpeiros de um núcleo aurífero, nas cabeceiras do rio das Abelhas, no mesmo lugar onde, alguns anos depois, surgiria o arraial do Desemboque (VASCONCELOS, 1999, p.54-55).

Impunham-se uma solução militar contra os caiapós da região dos rios Paranaíba e Grande, para resguardar a segurança do tráfego na Estrada do Goias. Por isso, o governo da capitania de Goiás contratou os serviços do sertanista paulista Antônio Pires de Campos, o moço (LOURENÇO, 2005, p. 54-55).

Os trechos anteriores relatam sobre a violência dos portugueses com os povos indígenas da região, e destes últimos porque lutavam para manter suas terras e não ficarem sob o jugo dos

exploradores. As lutas pela posse e ocupação da região ocorriam entre o Rio Paranaíba e o Rio Grande. Os relatos acima transcritos reforçam que as autoridades mineiras e os exploradores empenharam-se nessas disputas, tanto que os caiapós praticamente foram dizimados e os demais povos indígenas mesclaram-se aos outros habitantes, compondo a configuração populacional atual da região do Desemboque.

Nas últimas décadas do século XVIII, as lavras auríferas já apresentavam sinais de decadência e houve um esvaziamento gradativo da população local. No século XIX, a exemplo de outros arraiais, a alternativa de subsistência veio com a agricultura e criação de gado, visto haver abundância de água e terras férteis na região. Após tantas disputas enfrentadas, no século XX, por meio da Lei nº 843 de setembro de 1923, o Desemboque passou a figurar como distrito de Sacramento-MG e, atualmente, constitui-se para um arraial e um distrito religioso.

O marco do patrimônio histórico e cultural do Desemboque são duas igrejas tombadas pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA): a Igreja Nossa Senhora do Rosário (XVIII), construída por negros e escravos; e a Igreja Nossa Senhora do Desterro (XVIII), também construída por negros, mas em que, à época, somente pessoas brancas e de classe burguesa podiam frequentá-la. Apesar de as igrejas serem tombadas pelo IEPHA, verifica-se que a ação do tempo tem gerado enormes desgastes aos monumentos, cujas restaurações previstas pelo citado órgão ainda não foram efetivadas. Alguns cidadãos, moradores na localidade, na medida que podem, tentam restaurar e preservar esses patrimônios culturais. A seguir são apresentadas fotos recentes das igrejas em que se visualiza o atual estado de degradação de tais patrimônios.

Figura 3 - Igreja Nossa Senhora do Rosário, Desemboque-MG



Fonte: Leite, 2022

Figura 4 - Igreja Nossa Senhora do Desterro, Desemboque-MG



Fonte: Leite, 2022

As imagens apresentadas retratam o pouco cuidado dedicado a esses monumentos de patrimônio histórico e cultural do Desemboque-MG. Destaca-se que a época do desenvolvimento desta dissertação de mestrado coincidiu com um período atípico vivenciado mundialmente – a pandemia da Covid-19 – que obrigou a população ao distanciamento social. Esta situação acarretou em poucas visitas de turistas ao local, bem como a suspensão das festividades culturais e intensificação dos problemas para preservação e cuidados com os monumentos.

No Desemboque, a sua religiosidade é muito perceptível e forte, as festividades culturais no local são movidas pela fé dos “Santos”, e pela fé católica e cristã. Mas também possuem ritos que migram para outras religiões. As festividades no local normalmente decorrem de decisões de grupos ou até mesmo individuais, as festividades não acontecem em uma data específica, mas normalmente seguem um tipo de calendário definido pela cultura do Desemboque.

Uma das festas de destaque da comunidade do Desemboque é da padroeira do local, “Nossa Senhora do Desterro”, esta festividade acontece nos meses de junho e julho, normalmente no terceiro sábado do mês, é uma das festas maiores do povoado, nesta festa acontece a procissão em louvor a santa, a celebração da missa, o tradicional desfile de carro de boi e cavalgada, ao final o tradicional forró. Vejamos a seguir uma fotografia desta festividade.

Figura 5 - Festa Nossa do Senhora do Desterro



Fonte: Samuel Henrique Borges (2016)

Existe outra festa bastante comemorativa no distrito do Desemboque, da “Nossa Senhora do Rosário”, onde vários congos e grupos do Triângulo Mineiro se reúnem para cultuar a santa, está festa normalmente ocorre no mês de maio, não tem uma data específica, normalmente os festeiros escolhem a data para a apresentação dos Ternos, Congos e Moçambique. Portanto, no Desemboque afirmou-se uma identidade afrodescendente, pelo fato de negros do século XVIII

que ali viveram, construírem a Igreja Nossa Senhora do Rosário, nessa perspectiva, as festividades e celebrações foram sendo criadas cultuando a santa Nossa Senhora do Rosário, associando a coroação dos reis negros, entre grupos de escravos e ex-escravos. Nos dias atuais, seus descendentes se reúnem no final do mês de abril ou maio no distrito do Desemboque, e saúdam a santa, trazendo o encontro de congos e a coroações de seus reis com cantigas, cortejos e danças.

Figura 6 - Congo Beija-flor de Centralina- MG



Fonte: Ivo Bernardo (2014)

No Desemboque existe também a festa em devoção aos Santos Reis, outra festividade religiosa, que define a característica do local. Normalmente na festividade de Santos Reis a festa só acontece através da responsabilidade dos festeiros, o principal símbolo da festa é a bandeira do santo, onde o festeiro pega sobre sua responsabilidade e tem como objetivo realizar a festa. A festa só acontece através das doações feitas pela comunidade e moradores da região, as doações normalmente são dinheiro, alimentos, animais dentre outros. No Desemboque e região é muito comum no mês de janeiro, avistarem alguns homens percorrendo a região em grupo, todos eles com camisas iguais e cores fortes e bem chamativas, carregando consigo instrumentos musicais enfeitados com fitas coloridas e flores e a frente a bandeira de santos reis, a bandeira é uma bandeira pintada a mão com a imagem do menino Jesus na manjedoura rodeado pelos Três Reis Magos ao lado de São José e a Virgem Maria com alguns animais a sua volta.

A bandeira que os foliões carregam para os seus devotos é considerado a materialização dos três reis “Magos”, do menino Jesus, da Virgem Maria e de São José, normalmente as famílias recebem a bandeira e os foliões em cantigas e versos em suas casas, as músicas são rimadas agradecendo as doações e inspiradas em fragmentos da Bíblia.

No dia da festa, a tradição é os organizadores servirem as principais refeições, e por fim os festeiros passar a bandeira para o próximo festeiro, é uma festividade de muita fartura, doces típicos da região, o término da festa tem o tradicional forró.

Figura - 7: Foliões no Desemboque



Fonte: Ivo Bernardo (2014)

Além da comunidade do Desemboque saudar Santos Reis, também acontece a festividade de São Sebastião, a festa normalmente é celebrada no sábado mais próximo do dia do santo. E no mês de agosto ocorre outra festa de Santos Reis, uma festividade maior, o “Encontro de Folias de Reis”, sendo uma das últimas festividades do ano, a comunidade recebe vários foliões da região do Triângulo Mineiro, esta festa é celebrada no segundo domingo do mês de agosto.

O distrito do Desemboque não é só um patrimônio histórico como vimos até aqui, é também um local que possui manifestações culturais muito fortes, entre crenças, devoção e cultura, sendo um dos patrimônios culturais mais vivos do Triângulo Mineiro e dos mais antigos. É possível reconhecer a movimentação desta comunidade entre a fé católica e as

manifestações sincréticas fervorosas, afirmando sua identidade e a preservação do local através de suas festividades tão simbólicas e importantes para as pessoas que ali participam.

Segundo Marcel Mano (2015), o Desemboque (XVIII), de seu início à formação territorial, perpassou por guerrilhas e disputas de capitanias de São Paulo, Goiás e Minas Gerais, conduzidas pelo interesse do território do Triângulo Mineiro, sendo um marco na apropriação de terras na região intitulada como “Sertão da Farinha Podre”. Nessa esteira, o Desemboque teve sua ocupação territorial com implicações de povoamento e repovoamento, cujo processo de formação cultural foi forjado dentre costumes, hábitos, laços familiares e apego às tradições que perpassaram séculos, desde o período colonial.

Com essa perspectiva, este trabalho intenta fomentar a visibilidade dos conhecimentos da Educação Patrimonial, em que alunos e professores passem a conhecer aspectos do Distrito do Desemboque-MG. Por meio das pesquisas realizadas, percebeu-se a escassez de trabalhos que tratam sobre esse distrito, pois foram encontradas apenas duas monografias em licenciatura em História: “A Preservação do Berço do Triângulo Mineiro: a urgência da educação patrimonial no distrito do Desemboque”, de Sheila Libania Andrade Chumbinho Sodré (2017); e “Do berço do Triângulo Mineiro à musicalidade enraizada: o Desemboque e as tradições preservadas nos séculos XX e XXI” de Amanda Ferreira Gomide (2018). Os trabalhos foram publicados pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).

Sodré (2017, p. 45) assim apresenta sua percepção:

Foi possível concluir, com a realização deste trabalho, que o Patrimônio Histórico Cultural do Desemboque se configura de forma importante na constituição da memória e da identidade da região que hoje compreende o Triângulo Mineiro. E se não houver ações que possibilitem a sua revitalização e preservação, é possível que este referencial de memória desapareça

Sodré (2017) aborda a importância de ter mais trabalhos e pesquisas relacionadas ao Desemboque, envolvendo ações de preservação para que o patrimônio histórico e cultural não desapareça. Para ela, a Educação Patrimonial será a alternativa palpável de contribuir com a história do Desemboque, levando também a importância de compreender as identidades culturais e sua memória, e que é de extrema urgência essa efetivação de valorização sobre o povoado do Desemboque.

Portanto, é primordial mostrar a importância deste povoado local, que parece estar esquecido pela decadência de suas igrejas, mas que se mantém vivo devido à dedicação dos moradores do arraial, que cuidam dos monumentos de grande importância para a comunidade, como também há a escassez de projetos didáticos sobre o tema.

As escolas sofrem grande carência de material didático para que os professores possam trabalhar as questões referentes ao patrimônio cultural, histórico e arqueológico em sala de aula, pois poucos pesquisadores no contexto universitário estão preocupados em atingir esse público de leitores (comunidade e escola do ensino fundamental e médio) (TEIXEIRA, 2008, p. 2009).

Essa pesquisa aborda a perspectiva do patrimônio histórico a partir de suas múltiplas dimensões culturais, evidenciando um passado que ainda está vivo. A ideia de se criar um projeto didático sobre o povoado do Desemboque é manter a memória e a preservação coletiva, levando-se em consideração as diversidades culturais.

Entendendo que muitos acreditam que o Desemboque-MG é um patrimônio histórico estagnado no passado, é importante reforçar que o significado de preservação se dá a partir da valorização de toda uma história e de uma sociedade buscando interligar o processo contínuo de movimento e constante mudança.

Portanto, aprofundar-se-á no desafio de resgatar a potencialidade histórica e cultural do povoado do Desemboque-MG. Um dos desafios da contemporaneidade fixa-se em fomentar uma cultura de conhecimento e valorização de patrimônios. Acreditamos que as ações educativas com características de conscientização, identificação, reconhecimento e ressignificação desses aspectos históricos tornam esses espaços privilegiados para se construir saberes significativos. Diante disso, pesquisas como esta devem ser discutidas e ampliadas no âmbito educacional e se tornarem apoio aos educadores que se empenham em reconhecer os usos dos patrimônios, e estes passarem a ocupar seu lugar na história e nos cenários locais e nacionais. Na atualidade, muitos aparatos tecnológicos têm auxiliado na difusão de projetos educacionais, ampliando seu alcance e novos caminhos para se refletir sobre o espaço que os patrimônios culturais devem ocupar.

A seção a seguir irá trazer uma proposta de material didático sobre o povoado do Desemboque-MG, no sentido de se dar visibilidade às manifestações culturais do lugar a partir da Educação Patrimonial. Contribuirá também para a consciência histórica e reconhecimento sobre o significado do povoado do Desemboque para que as futuras gerações compreendam a real identidade cultural da região do Triângulo Mineiro e de Minas Gerais, a partir dos valores da própria comunidade. Acredita-se que essa proposta de um material didático será um subsídio para a conscientização de alunos, professores e pesquisadores do Triângulo Mineiro, ao buscar a valorização de um patrimônio histórico e cultural, a revisão de políticas públicas que visem a esta valorização por meio de estudos acerca da realidade do Desemboque-MG e, por meio da Educação Patrimonial, uma construção de conhecimentos significativos.

4 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O DESEMBOQUE: UM MATERIAL DIDÁTICO PARA O TRIÂNGULO MINEIRO

Esta seção possui o objetivo de contribuir com um material didático que visa valorizar, preservar e reconhecer a importância do Desemboque na perspectiva da Educação Patrimonial na educação básica. Este material didático foi construído por meio de levantamento bibliográfico, de pesquisa documental e de análise de políticas de valorização de patrimônio histórico e cultural. O projeto é voltado para alunos do Ensino Fundamental anos finais.

Especificando os detalhes desta pesquisa, engajou-se em uma busca bibliográfica em sites de periódicos, para encontrarmos a temática Educação Patrimonial no âmbito da Educação Básica, na Base comum curricular (BNCC), de Minas Gerais, do Triângulo Mineiro, da História e da Patrimonialização Cultural. Na pesquisa bibliográfica na seção 2, foi possível encontrar trabalhos ligados à identidade e ao patrimônio histórico e cultural em livros didáticos. Pudemos enxergar que, nos livros didáticos do Fundo Nacional de Desenvolvimento em Educação (FNDE), principalmente na disciplina de História desde 1997, mas, somente em 2010, o tema patrimônio passou a ser exigido nas coleções de livros didáticos.

Sobre o debate crítico do Patrimônio Histórico-Cultural, existem algumas implicações na prática escolar de crianças e jovens, como por exemplo, os direitos de conhecerem a história a partir de fatores históricos e artísticos, e também sobre sua realidade, por meio de um viés crítico. Já sobre o lado docente, há a necessidade de um planejamento para que o Patrimônio Histórico-Cultural seja inserido nas matrizes curriculares de maneira que tenham uma atenção maior no âmbito escolar, especialmente na elaboração de projetos educativos relacionados à Educação Patrimonial.

Outro ponto relaciona-se à busca de uma bibliografia ligada à Educação Patrimonial em Minas Gerais. Nas obras selecionadas que trazem a reflexão sobre projetos relacionados à Educação Patrimonial, há a afirmação de que o Patrimônio Cultural vai muito além de preservação, uma vez que é entendido como a identidade de um povo. Nisso encontra-se a importância de ensinar a preservação de bens imateriais, seja por meio de diálogos e ações educativas, projetos de extensão e/ou através de um debate sobre intervenção histórica, em que se articule políticas patrimoniais e valores locais.

Na temática Educação Patrimonial e Triângulo Mineiro, nas buscas de dados, não foi encontrada nenhuma referência bibliográfica, mas existem duas monografias sobre a Educação Patrimonial pelo contexto do Desemboque, publicadas pela Universidade Federal do Triângulo

Mineiro (UFTM), conforme pontuado anteriormente. A primeira é “A Preservação do Berço do Triângulo Mineiro: a urgência da educação patrimonial no distrito do Desemboque”, de Sheila Libania Andrade Chumbinho Sodré (2017). A segunda   “Do berço do Triângulo Mineiro   musicalidade enraizada: o Desemboque e as tradições preservadas nos séculos XX e XXI”, de Amanda Ferreira Gomide (2018). Essas obras são subsídios importantes na construção deste projeto didático. A carência de estudos com a abordagem sobre o Desemboque, “berço” do Triângulo Mineiro, é um dos incentivos para a presente proposta.

A análise empreendida na base de dados permite afirmar que existem debates sobre o processo de valorização e conhecimento histórico e cultural ligados aos patrimônios, mas a Educação Patrimonial em si ainda carece de discussões que aprofunde o debate. Esta pesquisa traz a perspectiva de plantar uma semente para que essas discussões tenham engajamento e que em algum momento a Educação Patrimonial possa se inserir nos currículos escolares como de conhecimento educacional.

Percebe-se ser de extrema importância valorizar a memória de patrimônios diversificados e oportunizar o conhecimento sobre patrimônios históricos e regionais da própria região em que os indivíduos estão inseridos. Nesse percurso de construção da proposta de material didático, também fez amadurecer o olhar para a própria trajetória de pesquisa e sobre qual será a contribuição para estudantes do Ensino Fundamental anos finais e também para professores. Isto posto, a proposta é pautada em referenciais que moldam a perspectiva deste material didático.

4.1 PERSPECTIVAS DE PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Esta seção expõe sobre algumas perspectivas relacionadas a proposta de um material didático em Educação Patrimonial. Apesar de sabermos da existência de programas, cartilhas e projetos voltados para Educação Patrimonial, pouca efetivação tem sido percebida, visto que diante das matrizes curriculares, pode haver pouco tempo para tratar com profundidade esta temática. Outro aspecto versa sobre a carência de materiais específicos que orientem os docentes sobre as práticas educativas, com sugestões viáveis dentro de sua programac o. Assim, nossa perspectiva é de que há alternativas plausíveis abordando a pluralidade de manifestações culturais, bem como sobre estudos e aquisição de conhecimentos acerca dos patrimônios materiais e imateriais. Dessa forma, centraliza-se esta proposta especificamente

sobre o distrito do Desemboque-MG, mas que, devido à versatilidade, pode ser adaptada a outras realidades.

A opção por se utilizar a nomenclatura de material didático para fazer referência a recursos didáticos que auxiliam o processo de ensino e de aprendizagem passou por algumas fases, reflexões, análises e debates com as orientadoras até a definição. A nosso ver, tal nomenclatura engloba materiais de apoio e educativos por ofertarem aquisição de conhecimentos por meio de diferentes opções de atividades e linguagens. Em outras palavras, pode ser reconhecido como facilitador ou mediador entre esses saberes e o professor e o aluno. Corroborando, Mello (2010) compreende que o

[...] material didático em suas diferentes dimensões desde a designação do objeto que possui uma forma física e define conteúdos dos saberes escolares, inclusive pela compreensão de que os materiais didáticos se constituem como veículo de explicitação curricular. (MELLO, 2010 p. 20).

Rosilene Fiscarelli (2007) complementa esta definição sobre material didático dizendo tratar-se de um

[...] conjunto de saberes, valores e significados construídos em torno de um objeto é que o faz tornar-se útil ao processo de ensino-aprendizagem, transformando-o em um material didático, e que esses saberes criam “regimes de verdade” dominantes, capazes de orientar nossa visão e pensamento sobre “como” ensinar. Assim, em torno dos materiais didáticos tem se construído, ao longo da história da educação brasileira, um discurso que legitima sua utilização em sala de aula, salientando as suas potencialidades rumo a um ensino moderno, renovador, eficiente e eficaz (FISCARELLI, 2007, p. 2).

Nesse entendimento, infere-se que o material didático assume um papel no cenário educativo de orientar de forma adequada a aquisição de conhecimentos, principalmente por favorecer a interlocução entre professor, aluno e saberes, promovendo uma aproximação entre esses e o objeto de estudo. Além disso, a representação do conhecimento se concretiza por meio de atividades diversificadas que visam desenvolver o senso crítico do aluno. Assim, os materiais didáticos podem contribuir de forma muito positiva com a qualidade da educação, sobretudo na temática proposta neste trabalho de mestrado sobre Educação Patrimonial e o Desemboque-MG.

No próximo passo, apresentamos um projeto para confecção de material didático com ênfase nos estudos de Educação Patrimonial voltados para a região do Desemboque-MG. A inexistência de referenciais sobre tal temática justifica sua importância e necessidade, dada essa carência de estudos que, por vezes, inviabiliza seu estudo em abordagens educacionais.

4.2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E DESEMBOQUE-MG: CONCEPÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA O TRIÂNGULO MINEIRO

TÍTULO DO PROJETO

Educação Patrimonial e Desemboque-MG: preservação e valorização do “berço” do Triângulo Mineiro

EIXO: Interdisciplinar/ Educacional

RESUMO

A proposta deste material didático é apresentar a origem do Triângulo Mineiro e suas modificações durante sua trajetória histórica e cultural, vivenciadas especificamente pelo distrito do Desemboque-MG, considerado o “berço” do Triângulo Mineiro, o qual está situado no município de Sacramento-MG. O patrimônio sócio-histórico e cultural da região promove conhecimento e aprendizagem dos alunos de Ensino Fundamental anos finais, permitindo que eles conheçam o bem cultural e patrimonial de que são possuidores, bem como se envolvam em ações de preservação, reconhecimento e valorização de sua herança cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Patrimonial. Desemboque. Triângulo Mineiro.

CICLO DE APRENDIZAGEM: Ensino Fundamental II anos finais

OBJETIVOS

- a) promover o conhecimento e a valorização do patrimônio cultural, material e imaterial, da região do Desemboque-MG, “berço” do Triângulo Mineiro;
- b) despertar para a necessidade de se preservar o patrimônio cultural da região;
- c) desenvolver atividades para que educadores, educandos e comunidade se apropriem dos conhecimentos culturais e da importância de sua preservação;
- d) despertar e fortalecer o sentimento de pertencimento, partindo da premissa que, ao se conhecer a origem histórica local e regional, traz-se para o indivíduo o senso de coletividade;
- e) aprofundar os estudos acerca de Educação Patrimonial, incentivando a formação de cidadãos críticos e conscientes da pluralidade que os cerca.

APRESENTAÇÃO

Este material didático visa discutir sobre o âmbito regional da origem do Triângulo Mineiro e suas modificações durante sua trajetória histórica e cultural do Desemboque-MG, considerado o “berço” do Triângulo Mineiro, situado no município de Sacramento-MG. A Educação Patrimonial no âmbito escolar tem por premissa instigar os sujeitos da educação – alunos, professores e comunidade – a descobrirem e percorrerem os saberes e, de forma ativa, promover a preservação e valorização de sua herança cultural, a qual constitui a sua consciência histórica e reconhecimento sobre o significado do citado povoado para as futuras gerações. Nesse sentido, rememora a identidade cultural do Triângulo Mineiro com a finalidade de compreender os valores da própria comunidade.

Dada a escassez de material sobre a região em estudo, propusemo-nos a escrita de um projeto de material didático voltado à importância de se utilizar a temática da Educação Patrimonial no Ensino Fundamental anos finais e também sobre o conhecimento sobre a história do Desemboque-MG. Nessa esteira, abarcar o conhecimento sobre o povoado do Desemboque-MG, pela perspectiva histórica, cultural e patrimonial, e evidenciar os desafios sobre esse tipo de aprendizagem na região do Triângulo Mineiro. Ao levar essa discussão para o meio escolar, tem-se a perspectiva de contribuir para o conhecimento docente e discente, além de subsidiar novos projetos ligados ao povoado do Desemboque por meio do entendimento dessa história.

JUSTIFICATIVA

Este projeto justifica-se pela importância de se valorizar o conhecimento da Educação Patrimonial nos meios educativos de ensino na região do Triângulo Mineiro, ao abarcar a visibilidade histórica e cultural do Desemboque-MG. Tal justificativa se alinha com uma possível contribuição, no sentido de se pretender, a partir do conhecimento deste material, que autoridades e/ou políticos possam tomar algumas decisões perante este tema pouco abordado nas instituições de ensino da região.

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva o reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira (HORTA, 1999, p. 4).

Segundo Maria Horta (1999), a utilização da Educação Patrimonial no meio educacional permite estimular a interação e a comunicação entre redes comunitárias e também entre os professores que pesquisam bens históricos e culturais, permitindo uma interação entre conhecimento e formação, no intuito de se valorizar e proteger bens patrimoniais. Nas palavras da autora.

O Brasil é um país pluricultural que deve esta característica ao conjunto de etnias que o formaram e à extensão do seu território. Estas diversidades culturais regionais, contribuem para a formação da identidade do cidadão brasileiro, incorporando-se ao processo de formação do indivíduo, e permitindo-lhe reconhecer o passado, compreender o presente e agir sobre ele (HORTA, 1999, p. 5).

Segundo Horta (1999), o Patrimônio Cultural Brasileiro não diz respeito somente a monumentos históricos, objetos e manifestações artísticas. Abarca, também, outros tipos de expressão cultural, como, por exemplo, a culinária, a maneira de falar, a música, o artesanato, dentre outros. Esse projeto didático aborda o aspecto cultural diante dos costumes, hábitos, vivências e expressões culturais de um determinado povo.

A pretensão do presente texto é a de contribuir como um referencial que sirva de pauta educativa e teórica sobre a Educação Patrimonial, tanto regional quanto para qualquer localidade do Brasil, principalmente para pesquisadores e docentes, de maneira a contribuir para a formação de saberes e dos profissionais da área.

Professores e alunos podem ampliar seu universo do saber à medida que conseguem entender como eram estabelecidas as relações que os indivíduos tinham com o Meio Ambiente em tempos passados, evidenciando a possibilidade de uma ação educativa não restrita aos aspectos do meio, mas também no que compete ao reconhecimento da necessidade de preservação do patrimônio cultural e ambiental, no entendimento de que há necessidade de se construir uma identidade associando sociedade, meio ambiente e patrimônio cultural (ROSSI, 2015, p.25).

Segundo Claudia Rossi (2015), a partir do momento em que o pesquisador ou docente coloca em pauta ferramentas para propor ações educativas, principalmente no âmbito da Educação Patrimonial, o desafio é contribuir para a preservação e valorização de um patrimônio histórico cultural, de maneira a ser didático e construtivo para professores e alunos.

Por meio da pesquisa bibliográfica, fica evidente a insuficiência de pesquisas que abordam o Desemboque-MG. Sua fundação veio através de disputas entre as capitâneas de São Paulo, Goiás e Minas Gerais. O território que teve intervenção de Portugal no século XVIII, sendo este país a se apropriar do local. Alguns núcleos de pessoas que ali se estabeleceram passaram a viver da agricultura e da superexploração do território. Nesse ínterim, acabou também se transformando em caminhos de ciclo de ouro e se tornando polo econômico e minerador.

A chegada dos colonizadores europeus na região desencadeou a dizimação da população indígena que ali vivia, os primeiros habitantes do Desemboque. Quando as guerrilhas contra a população indígena amenizaram os ataques, a Coroa Portuguesa passou a explorar mais o centro do território do Triângulo Mineiro, instalando alguns núcleos que contribuíram para o aumento populacional (GOMIDE, 2018).

Com a fundação do povoado do Desemboque, por volta de 1735, muitos dos aventureiros colonos passaram a se estabelecer dentro da mineração. Novos moradores e suas famílias se instalaram na região e principalmente ao redor das riquezas nas margens do rio das Velhas. Essa época foi designada como “ciclo do ouro” do oeste mineiro. Normalmente, para uma ocupação desse porte era necessária a instalação de uma capela que seria a matriz, formando os recém-chegados sob uma base religiosa, política e econômica, social e cultural (GOMIDE, 2018. p. 28).

Ponto instigante para este projeto didático é tratar sobre essa formação cultural, instaurada no território do Triângulo Mineiro, pois ainda há uma relação de parentescos alojados no Desemboque. Pode-se citar que, à época desse processo de formação do povoado, o líder era o “Cônego Hermógenes”, um dos principais articuladores políticos da região.

Cônego Hermógenes Cassimiro adentra no povoado para organizar o processo econômico do local. Naquele momento põe sob ordem a construção de uma pequena casa de oração (Igreja Nossa Senhora do Desterro) que se transformou em matriz de adoração. Logo em seguida, os negros escravos também construíram a Matriz constroem seu próprio local de fervor sobre a fé, a Igreja Nossa Senhora do Rosário. As duas Igrejas em tempos atuais ainda permanecem intactas, mas com pouco cuidado sobre sua importância históricas: paredes mofadas, madeiramento podre dentre outros problemas (GOMIDE, 2018, p. 29).

Relatar sobre o marco da constituição do Desemboque-MG é levar ao conhecimento das gerações atual e futura a importância que o local teve para a formação do Triângulo Mineiro. A localidade permanece rica de histórias, sendo não apenas patrimônio material, mas também imaterial, haja vista a cultura religiosa presente e de grande valor patrimonial. Ademais, reconhecer essa formação cultural, por meio de troca de valores religiosos e políticos reflete alguns dos costumes do jeito mineiro de ser.

Após o declínio do ouro, o Desemboque chegou a ter cerca de 1200 habitantes, hoje, de acordo com relato de moradores, vivencia a escassez populacional com aproximadamente 35 habitantes. Este detalhe é relevante por contribuir para se entender o declínio da localidade no cenário regional. Dessa forma, a Educação Patrimonial, concebida como prática educativa em uma dimensão política e econômica, torna-se fundamental para a compreensão de que, tanto a memória quanto o esquecimento, são produtos sociais. Por meio da mediação do processo de patrimonialização, pode encaminhar as demandas e intervir em questões pontuais e estratégicas ao mobilizar a comunidade e trazer reflexões em relação à importância de seu patrimônio e diversidade sociocultural (FLORÊNCIO, 2021).

Retornando à contextualização, a força cultural do Desemboque-MG espalha-se por todo o território do Triângulo Mineiro, cuja religiosidade se torna popular mediante as tradições que se enraízam nas cidades que se instauram ao redor deste marco histórico. No Desemboque-MG, existem três tipos de festividades culturais, as quais se constituem como manifestações de patrimônio cultural: as folias de reis, os congos e as procissões religiosas, que unem pessoas de várias localidades do Triângulo Mineiro.

A diversidade cultural no distrito do Desemboque nos faz enxergar os caminhos que perpassam sua história, e hoje nos leva a compreender o porquê de muitos daqueles que ainda vivem lá onde lapidam sua legitimidade e identidade, vida rural, plantio, criação de animais, leite queijo, fé e a vida católica. A mineiridade está sobre a formação de suas raízes e ancoradas por aqueles que ali nasceram e cultivaram sua cultura social e rural (GOMIDE, 2018, p. 57).

É importante ressaltar que o esquecimento do patrimônio cultural do Desemboque não é recente. Ainda hoje, o povoado permanece apenas aos cuidados das pessoas que ali residem e permanecem lutando para que a cultura não pereça.

No documento de tombamento do Desemboque, feito pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), é possível perceber a intencionalidade das pessoas públicas em cargos políticos, conforme destaca Nabut (1986):

JUSTIFICATIVA- Desemboque, no Triângulo Mineiro, é um pequeno arraial que guarda nas suas edificações, que urge preservar a história do povoamento e da cultura da região. O tombamento desse arraial virá resguardar o acervo histórico de Minas e do Triângulo Mineiro de danos irreparáveis à nossa memória e ensinará a criação até mesmo de polo turístico na região, pois Araxá, Sacramento e Uberaba também oferecem atrativos para tal Samir Cecílio (NABUT, 1986, p. 275).

O citado documento sobre o tombamento do Desemboque-MG sugere, em suas palavras, que há interesse em transformar o local em patrimônio histórico e cultural. Jorge Nabut, em visita ao povoado no ano de 1986, escreveu o livro “Desemboque: Documentário Histórico e Cultural”. Hoje, revisitando a narrativa, considera-se urgente a verificação dos problemas existentes e a atuação para a continuidade do Desemboque e de sua cultura.

Nessa perspectiva, este material didático configura-se como processo de resistência, no sentido de reação contra o esquecimento e a não valorização da cultura no Desemboque-MG, possibilitando levar o conhecimento do local por meio da “Educação Patrimonial”. Propõe trazer reflexões interdisciplinares, práticas e teorias para alunos e professores da região, realizar encontros com a comunidade escolar diante das expressões que estão em diferentes objetos históricos, como, por exemplo, as edificações das igrejas, os escritos, as fotografias.

Assim, busca-se construir um material que possibilite motivar a proteção do patrimônio do Desemboque-MG e novas discussões.

METODOLOGIA

Este material didático tem como desafio dar importância à Educação Patrimonial no Desemboque- MG, a partir de debates no âmbito educacional na região do Triângulo Mineiro.

Portanto, valorizamos a constituição dos saberes docentes ao se tratar de qualquer proposta de trabalho dentro da escola, pois são os saberes de cada um, em particular, que dão sentido às experiências advindas do exercício da profissão e à convivência com os outros que fazem parte do cotidiano escolar (ROSSI, 2015. p. 36).

Para Rossi (2015), ao levar em consideração os saberes docentes, a proposta de trabalho, seja ela interdisciplinar ou transversal, visa entender como executá-lo de forma a contemplar os conceitos de memória e identidade. Assim, desenvolver um projeto de Educação Patrimonial do Desemboque-MG, local rico em vivências históricas e culturais, será para o educando e para o docente uma experiência ímpar no meio escolar e acadêmico.

Há uma multiplicidade de aspectos e significações culturais, quando se observam objetos e/ou evidências culturais. Desse modo, o Desemboque-MG apresenta-se uma fonte de conhecimento e aprendizagem, principalmente por sua história. Oportunizar que muitos indivíduos conheçam este espaço é legitimar sua diversidade cultural, enxergar sua identidade e mineiridade e vivenciar o berço da formação do Triângulo Mineiro.

O material terá três etapas e poderá ser utilizado do 6º ano ao 9º ano do Ensino Fundamental anos finais. A primeira etapa deste projeto abordará o início do desenvolvimento do Desemboque-MG na região do Triângulo Mineiro e como ele abriu caminhos para novas cidades na região. Essa etapa terá uma perspectiva geográfica, ao verificar a sua formação territorial, em buscas de mapas, os quais serão expostos com notas explicativas e destaques de curiosidades sobre este tema inicial. Posteriormente, serão criadas atividades visuais sobre estes mapas, expondo as etapas em que a população na região foi crescendo gradualmente, de acordo com a evolução política e social.

A segunda etapa do material será sobre as formações culturais da região, destacando os costumes, hábitos e tradições praticadas, perpassando a fundação do povoado do Desemboque, a trajetória do “ciclo do ouro” na região triangulina até as tradições preservadas na atualidade, como a religiosidade e a musicalidade mineira, através das procissões, folias e congos. Nesta parte do material, será detalhado todo o trajeto através de referenciais de textos e fotografias sobre o contexto historiográfico e cultural. As atividades deste bloco serão enriquecidas por meio de rodas de conhecimento musical, de cantigas regionais, de atividades de interpretação textual, perpassando contextos de curiosidades sobre esta temática.

No terceiro momento, destacar-se-á o conceito de patrimônio e a importância do patrimônio histórico e cultural do Desemboque-MG, evidenciando o patrimônio material e imaterial. Ainda, oportunizará refletir sobre as problemáticas existentes, como a falta de preservação das igrejas do povoado sob responsabilidade do IEPHA e do município de Sacramento-MG. Diante disso, é necessário também destacar a importância daqueles que lá ainda vivem e cuidam do povoado do Desemboque, mantendo vivas as festividades regionais de um passado distante, mas vivo culturalmente. Portanto, neste bloco serão elaboradas reflexões sobre conceito patrimonial e sobre as dificuldades que perpassam o patrimônio histórico e cultural do Desemboque. As atividades deste bloco serão de interpretação textual e de definição do que é patrimônio material e imaterial, para que os educandos passem a entender o significado do conceito patrimônio.

E, por fim, destacar-se-ão os problemas e desafios existentes no povoado do Desemboque-MG, pela perspectiva de demonstrar sua importância e evidenciar o descaso público perante sua cultura histórica. Nesse momento, as atividades são propostas com a finalidade de desenvolverem a consciência histórica nos alunos e sugerirem alternativas de valorização do povoado na região do Triângulo Mineiro. Também busca-se incentivar políticas de preservação patrimonial no meio educacional. As atividades propostas neste bloco serão de cunho interpretativo – textual, fotográfico e, também, sobre o documento do tombamento do povoado do Desemboque-MG.

A divisão proposta para este projeto didático tem previsão temporal de ser trabalhado por cerca de 2 meses, caso a escola tenha apenas uma aula por semana destinada à Educação Patrimonial. Cada bloco precisará de, no mínimo, duas aulas de 50 minutos, para que, ao final, os alunos executem as atividades propostas. As atividades serão de reflexão sobre a formação do território do Triângulo Mineiro, sobre as tradições que se instauraram, sobre os problemas existentes e sobre o entendimento do que é patrimônio material e imaterial.

Como existem poucos trabalhos publicados sobre esse tema no âmbito da Educação Patrimonial do Triângulo Mineiro, o material utilizará como referência textos e imagens de pesquisadores, memorialistas e fotógrafos amadores do local. Sem dúvida percebe-se a importância destes para o registro e execução do presente projeto didático.

Por fim, é importante, caso a escola não tenha meios para levar seus alunos a conhecerem o local, utilizar-se de documentários fílmicos. E, como sugestão de atividade, elaborar uma atividade artística, em que os alunos possam se expressar por meio de desenho, teatro ou mesmo música. Este tipo de intervenção, realizada em conjunto com professores e alunos, pode promover bons resultados.

RECURSOS DIDÁTICOS

- a) Fotografias;
- b) textos de arquivo pessoal;
- c) mapas;
- d) referências textuais;
- e) documentário Fílmico;
- f) visitas ao local.

DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

Por ser um material didático para alunos mais jovens, podem chegar no ensino médio conhecendo a perspectiva patrimonial e cultural de sua própria região, imbuídos de sentimentos de valorização e conservação de localidades patrimoniais. Como é um material interdisciplinar, poderá ser utilizado em qualquer disciplina do currículo escolar, podendo passar por adaptações que atendam às necessidades da instituição ou dos professores. Ainda, este material pode ser adaptado a outras localidades do país ou região a fim de atender as perspectivas de diferentes histórias culturais e patrimônios.

Os resultados das atividades propostas serão divulgados conforme a construção e elaboração das mesmas. Sugere-se, a partir da análise dos dados coletados, apresentar as conclusões de forma coletiva, por meio de painéis, desenhos, mapas, gráficos, cronologias, representação de objetos, maquetes, feiras, dentre outras formas que ajudem os alunos a fixarem os saberes e se apropriarem dos conhecimentos.

AVALIAÇÃO

As avaliações abordadas na proposta de material didático serão de cunho interpretativo e de socialização entre os educandos e professores. Uma ampliação deste item é realizar ações educativas de preservação e valorização do patrimônio, estabelecendo vínculos entre as diferentes áreas educativas – saúde, meio ambiente, arte e cultura, desenvolvimento urbano, dentre outras –, as quais favorecem o intercâmbio de ferramentas enriquecedoras do processo pedagógico educacional. Isso oportuniza, também, a compreensão das múltiplas abordagens da dimensão de vida, tanto em sentido individual quanto coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Só há um meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimônio de arte e de história do país: é o da educação popular”

Sônia Rampim Florêncio

O presente trabalho objetivou discutir a contribuição do ensino da Educação Patrimonial na educação básica e a necessidade de o professor abordar, em sua prática docente, a história e a cultura do distrito do Desemboque, região em que se desenvolveu os primeiros povoados do Triângulo Mineiro, sendo por isso considerado o “berço” do Triângulo Mineiro-MG. Nessa esteira, surgiu a concepção de um material didático que oportunize a professores e alunos uma compreensão mais abrangente e profunda acerca de patrimônio cultural, além de desenvolver sentimentos de cidadania ao permitir interferências mais consistentes e propositivas na comunidade da qual participam.

Nesse sentido, esta pesquisa, por meio de uma perspectiva qualitativa, de metodologia bibliográfica e documental, buscou tracejar o tratamento dado à Educação Patrimonial nos documentos legais e currículos vigentes no Brasil, em Minas Gerais e em Uberaba, em específico, o centro de nosso olhar foi o Desemboque, distrito localizado no município de Sacramento-MG. Ficou posto que ainda é incipiente o reconhecimento, a valorização e a preservação das referências culturais locais, as quais são portadoras de inúmeros saberes e histórias. Ainda, a Educação Patrimonial, pouco ou quase nada, tem ocupado espaço no âmbito escolar, apesar de estar inserida pontualmente nos currículos da educação básica.

Outra constatação é de que há poucos trabalhos acadêmicos que inserem em seu bojo as discussões sobre Educação Patrimonial no Triângulo Mineiro. Esse dado tornou-se importante, visto que a carência de textos que discutam tal temática torna claro que é emergente realizar pesquisas que aprofundem aspectos referentes a ela. Não se deve perder de vista que a Educação Patrimonial é uma forma de sensibilizar e mobilizar grupos e indivíduos a fim de abordar sua identidade e historicidade, fomentar o reconhecimento e a aceitação das diversidades culturais utilizando-se de conhecimentos sobre os processos históricos.

Sobre a localidade escolhida para este estudo e proposta educativa – o Desemboque-MG – destaca-se por ofertar à região a que pertence a importância de sua existência, sua história, a cultura sendo disseminada para e por alunos, professores e pesquisadores. Sem ingenuidade, reconhece-se os problemas e os desafios existentes neste povoado, mas há a perspectiva de

torná-lo visível aos olhos de toda a sociedade a partir da consciência histórica e do incentivo ao desenvolvimento de políticas de preservação deste bem cultural.

Retomando a epígrafe que inicia esta seção, o conhecimento acumulado ao longo de séculos por determinada comunidade é transmitido às novas gerações como um legado cultural. Assim, um conjunto de bens materiais e imateriais com valor de coletividade é um processo dinâmico dentro da aprendizagem educacional, pois esta herança histórica cria o verdadeiro sentido de identidade cidadã e de patrimônio cultural. A Educação Patrimonial pode proporcionar, a partir da transversalidade, conhecer, preservar e valorizar bens materiais e imateriais.

No entanto, em relação à Educação Patrimonial, a importância de sua trajetória em nosso país é bastante complexa, conforme pudemos notar, pois a aceitação da diversidade cultural em um país de proporções continentais, com várias culturas e linguagens esbarra ainda na falta de incentivos e de políticas públicas que a proteja e a dignifique. É necessária muita garra para fazermos a diferença e abriremos novas portas para novas pesquisas sobre uma temática tão importante para área da educacional. Esta pesquisa contribuiu para ampliar o conhecimento sobre a Educação Patrimonial na Educação Básica e também sobre o distrito do Desemboque- MG, além de apontar caminhos que podem ser explorados por esta perspectiva de pesquisa.

Creio que foi possível diagnosticar a importância da abordagem da Educação Patrimonial nos currículos educacionais e que será necessário avançarmos mais como professores e sobre o tema. Acredita-se que a pesquisa conseguiu mostrar um olhar sobre a importância da interlocução de um local histórico e cultural perante a sociedade, e o quanto é importante reestruturar as maneiras de contribuir com o conhecimento e aprendizagem de cidadãos em formação.

Sobre as reflexões e desdobramentos desta pesquisa, espera-se que serão norteadores para outros pesquisadores e docentes, que possam dar continuidade em novas pesquisas as quais complementem esta perspectiva de estudo. Com base nos resultados, é possível pensar que a Educação Patrimonial ainda está longe de ser afirmada nos currículos educacionais, mas acredita-se que esta temática ocupará lugares de destaque em discussões acadêmicas e que adquirirá um lugar significativo nas dimensões educativas.

Contudo, considera-se que ao nos responsabilizarmos pelos resultados que procuramos adquirir e realizar, quando se possui foco e fé, as mudanças sociais, educacionais e políticas aderem resultados de conscientização para maior valorização de um todo ao nosso redor.

REFERÊNCIAS

- BERNARDO, Ivo. **Congo beija- flor de Centralina- MG**. 2014. 1 fotografia.
- BERNARDO, IVO. **Foliões no Desemboque**. 2014. 1 fotografia.
- BORGES, Samuel Henrique. **Festa Nossa do Senhora do Desterro**. 2016. 1 fotografia.
- BRASIL. Senado Federal. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Subsecretaria de Edições Técnicas. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Este texto não substitui o publicado no DOU de 23. 12. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 21 dez. 2022.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997. 126 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2022.
- BRASIL. Senado Federal. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Subsecretaria de Edições Técnicas. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Senado Federal, 1995. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 21 dez. 2022.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Plano Nacional de Educação. Brasília, DF, 10 jan. 2001. Este texto não substitui o publicado no DOU de 10. 01. 2001. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 21 dez. 2022.
- CERRI, Luis Fernando. Ensino de História e concepções historiográficas. **Espaço Plural**, Marechal Cândido Rondon, PR, v. 10, n. 20, p. 149–154, 2009. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/2467>. Acesso em: 21 dez. 2022.
- CRESWELL, John Ward. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/les.v13i1.11610>. Acesso em: 29 set. 2021.
- DANTAS, Sandra Mara. Do feitiço de aldeia aos ares de cidade: constituição do urbano no extremo oeste de Minas Gerais. *In*: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA E LIBERDADE, 10., 2010, Franca, SP. **Anais**. Franca: Universidade Estadual Paulista: Associação Nacional de História, 2010. 1 CD-ROM.
- FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Patrimônio: discutindo alguns conceitos. **Revista Diálogos**, v. 10, n. 3, p. 79-88, 2006. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/38967/20494>. Acesso em: 22 ago. 2021.
- FIGUERÓ, Fernanda Bruneta. **Identidade e patrimônio histórico e cultural em livros didáticos do PNL D 2010 e 2013**. Orientador: Prof. Dr. Alessandro Mário Kerber. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) -- Universidade Federal do Rio

Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/66955/000870068.pdf;sequence=1>. Acesso em: 29 set.2021.

FISCARELLI, Rosilene de Oliveira. Material didático e prática docente. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, SP, v. 2, n. 1, p. 31–39, 2007. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/454>. Acesso em: 20 jun. 2022.

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu; PELEGRINNI, Sandra Cassia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. XX p.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim; BIONDO, Fernanda Gabriela. Inventários participativos como instrumentos de educação patrimonial e participação social. In: AMARAL, Lilian; ROCHA, Cleomar (orgs.). **Patrimônios Possíveis Arte, Rede e Narrativas da Memória em Contexto Iberoamericanos**. [Goiânia]: UFG, 2014. p.50-58. *E-book*. Disponível em: https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/patrimonios-possiveis/05_sonia_rampim.html. Acesso em: 3 out. 2021.

GOMIDE, Amanda Ferreira. **Do “berço” do Triângulo Mineiro à musicalidade enraizada**: o Desemboque e as tradições preservadas nos séculos XX e XXI. 2018. 101 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) - Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, 2018.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo. v. 35, n. 2, ma./abr., p. 57-63, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFVgpwNkCgnc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2021.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 104 p. Disponível em: https://leiaarqueologia.files.wordpress.com/2018/02/kupdf-com_identidade-cultural-na-pos-modernidade-stuart-hallpdf.pdf. Acesso. 10 jun. 2022.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Brasília: IPHAN, 1999. 69 p. **Guia básico da educação patrimonial**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf. Acesso em: 20 abr. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação patrimonial**: histórico, conceitos e processos. [Brasília]: IHAN, 2014. 65 p. Disponível em: www.portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/educacao_patrimonial.pdf. Acesso em: 3 out, 2021.

ITAÚ CULTURAL. **Mapa com localização do Desemboque- MG**. Disponível em: <http://portale.icnetworks.org/secoes/videos/desemboque-lima-duarte>. Acesso em: 11. Set. 2021.1 fotografia.

FERNANDES, Gabriel de Andrade; DEMARCHI, João Lorandi; SCIFONI, Simone. Apresentação: dossiê educação patrimonial. **Revista CPC**, São Paulo, v. 14, n. 27, p.7-13,

jan./jul. 2019. N. Esp. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v14i27espp7-13>. Acesso em: 20 abr. 2022.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta. Patrimônio e desenvolvimento: as políticas de patrimônio cultural nos anos 1960. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 99-136, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02672016v24n0104>. Acesso em: 29 set. 2021.

LEITE, Luís Henrique. **Igreja Nossa Senhora do Desterro**: Desemboque-MG. 2022. 1 fotografia.

LEITE, Luís Henrique. **Igreja Nossa Senhora do Rosário**: Desemboque-MG. 2022. 1 fotografia.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. Os índios da Farinha Podre. *In*: LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **A oeste das minas**: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista Triângulo Mineiro (1750-1861). Uberlândia, MG: EDUFU, 2005. p. 41-93. *E-book*. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788570785169.0004>. Acesso em: 26 jun. 2022.

MELLO, Paulo Eduardo Dias De. **Material Didático para Educação de Jovens e Adultos**: história, formas e conteúdo. Orientador(a): Prof(a): Circe Maria Fernandes Bittencourt. Tese de Doutorado- Programa de Pós- Graduação em Educação--Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação. São Paulo. 2010. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-26012011-142038/publico/PAULO_EDUARDO_DIAS_DE_MELLO.pdf. Acesso em 27. Jun. 2022.

MANO, Marcel. Índios e negros nos sertões das minas contatos e identidades. **Varia História**, Belo Horizonte. V.31. n.56, p.511-546. Maio/ ago. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/qSYHLwC9TXy8BQW5BVjNfLz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jul. 2022.

MARCHI, Darlan De Mamann e FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Patrimônios mundiais em contextos nacionais distintos: construindo paralelos entre Brasil e Portugal através dos casos de São Miguel das Missões e do Centro Histórico de 2018, **Anais do Museu Paulista**, v. 26, e18. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02672018v26e18>. Acesso em: 29 set. 2021.

MATRIZES CURRICULARES PRA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE UBERABA- MG-ENSINO FUNDAMENTAL- 6º AO 9º ANO CIÊNCIAS HUMANAS (GEOGRAFIA, HISTÓRIA E ENSINO RELIGIOSO. Ensino Fundamental/6º ao 9º ano/ Linguagens (Língua Portuguesa- Inglês- Literatura- Artes- Educação Física) 1ª ed. Secretaria de Municipal de Educação e Cultura. Uberaba: PMU. 17. Jan. 2014. Disponível em: <http://www.uberaba.mg.gov.br:8080/portal/acervo/educacao/Formacao%20Profissional/Matrizes/MATRIZES%20CIENCIAS%20HUMANAS.pdf> .Acesso em: 30 mai. 2022.

NABUT, Jorge Alberto (coord.) **Desemboque**: documentário histórico e cultural. Uberaba, MG: Fundação Cultural de Uberaba; Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1986.

NEVES, Alesandra Cristina Passos. **Educação Patrimonial na Escola Estadual de Ensino Fundamental Joaquim Caetano da Silva – Jaguarão/RS – Projeto Lições do Rio Grande.** 2011. Disponível em: https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/pedagogia/files/2011/08/TCC_ALESANDRA.pdf. Acesso em: 20 out. 2021.

PEREIRA, Gilberto Corso. **Organização social do território e formas de provisão de moradia.** p. 141-173. In: Salvador: transformações na ordem urbana [recurso eletrônico]: metrópoles: território, coesão social e governança democrática. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrópoles, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/17354/1/org%20territorio%20e%20formas%20de%20provisao%20de%20moradia.pdf>. Acesso em: 29 dez.2021.

PONTES, Hidelbrando. História de Uberaba e a Civilização do Brasil Central. **Superintendência do Arquivo Público de Uberaba. 1º Edição. Ebook. 2018.** Disponível em: https://app.codiub.com.br/drive_root/arquivopublico/Livro%20Hildebrando%20Pontes/mobile/index.html#p=1 .Acesso em: 25. Jun. 2022.

PLANO DECENAL MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: 2015-2024. Prefeitura Municipal de Uberaba- MG. Secretária Municipal de Educação e cultura. Conselho municipal de Educação. Coord. PEREIRA, Silvana Elias da Silva; SALGE, Eliana Helena Corrêa Neves. Uberaba- MG. 2015. Disponível em: http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo/educacao/imagens/PDME/PMDE%202015-2024%20-%20VERSAO%20FINAL_29_05_15.pdf. Acesso em: 30. Mai. 2022.

REZENDE, Maria Emília. **Programa de Saberes da Terra: Resgate das técnicas tradicionais construtivas por meio da educação patrimonial.** 2018. Disponível em: www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/arti. Acesso em: 29. Set.2021.

ROSSI, Claudia Maria Soares. **Saberes docentes sobre Educação Patrimonial: Análise de uma Experiência na Educação Básica.** Dissertação (mestrado profissional). Universidade Federal de Lavras. Lavras- MG. UFLA. 134p. 2015. Disponível em: http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/10512/1/DISSERTACAO_Saberes%20docentes%20sobre%20educa%C3%A7%C3%A3o%20patrimonial%20an%C3%A1lise%20de%20uma.pdf. Acesso: 07.Dez. 2021.

SÁ- SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais.** Ano I. Número I. Jul. 2019.

SANTOS, Boaventura Souza. Por uma concepção multicultural de Revista Crítica de Ciências Sociais Direitos Humanos. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais.** n. 48. Jun.1997. p. 11-32, 2003.Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Concepcao_multicultural_direitos_humanos_RCCS48.PDF . Acesso em: 30. Ago. 2021.

SANTOS, Irene da Silva Fonseca dos. **Patrimônio histórico-cultural: leitura crítica dos conceitos e suas implicações na prática escolar.** 2008. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) -Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nacionalidade e patrimônio o Segundo Reinado brasileiro e o seu modelo tropical exótico. Cap. p. 337. História e Patrimônio. CHUVA, Marcia. Org. **Revista do Patrimônio**. Nº 34. 2012. IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Numero%2034.pdf>. Acesso: 06. Jun. 2022.

SODRÊ, Sheila Libana Andrade Chumbinho Sodré. **A preservação do Berço do Triângulo Mineiro: a urgência da Educação patrimonial no distrito do Desemboque**. Monografia. Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Uberaba- MG. 2017.

SILVA, Lidiane Rodrigues Campêlo da; DAMACENO, Ana Daniella; MARTINS, Maria da Conceição Rodrigues; SOBRAL, Karine Martins; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. **Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente. IX Congresso Nacional de Educação- EDUCERE- III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia**, 26 A 29 de Outubro. 2009. Disponível em: www.educere.br/bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3124_1712.pdf. Acesso em: 29 set. 2021.

SOUSA, Angélica Silva de Sousa; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v20, n.43.p 64-83/2021. 2021. Disponível em: <https://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/download/2336/1441>. Acesso em: 29 set. 2021.

TAMANDUÁ ECOTURISMO. **Serra da Canastra**. São Roque de Minas, 1997. Disponível em: serradacanastra.com.br/cidades/sacramento. Acesso em: 20 jun. 2022.

TEIXEIRA, Cláudia Adriana Rocha. A educação patrimonial no ensino de história. **Biblos**. Rio Grande 22 (1): 199-211. 2008. Disponível em: www.periodicos.furg.br/biblos/article/view/868/347. Acesso em: 29 set. 2021.

TOLENTINO, Átila Bezerra (Org). Educação patrimonial: reflexões e práticas. Superintendência do Iphan na Paraíba. 104p.: il color. 30 cm. – (**caderno temático; 2**). João Pessoa. 2012. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialReflexoesEPraticas_ct1_m.pdf. Acesso em: 30 mai. 2022.

UBERABA (MG). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de apoio à Educação Básica. Departamento de Arte, Cultura e Projetos Especiais. Seção de Bibliotecas Escolares. **Educação patrimonial na escola: conhecer para pertencer**. Uberaba, MG: Secretaria Municipal de Educação, 2018. p. 46. (Compêndios de estudos, práticas e diretrizes para educação patrimonial nas escolas: conhecer para pertencer). Disponível em: <https://mail.google.com/mail/u/1/#inbox?projector=1> Acesso em: 21 dez. 2022.

VIEIRA, Poliana Gerçossimo Vieira. A história Sertanista da Casa de Pedra de Amarantina, nas Minas Gerais: Patrimônio e Identidades locais. **Revista Conexão**. UEPG, vol. 13. Num. 2, mayo-agosto. p. 238- 255. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil 2017. Disponível

em:https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/9733/1/ARTIGO_HistóriaSertanistaCasa.pdf. Acesso em: 29. Set.2021.